Anexo III – Modelo de Relatório de Gestão dos Creas

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea
Órgão Agregador

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Estado do Espírito Santo – Crea-ES
Unidade Jurisdicionada Agregada

Vitória - ES, 2015.

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea
Órgão Agregador

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014.

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013 e nº 139/2014 e das orientações do órgão de controle interno.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Espírito Santo – Crea-ES
Unidade Jurisdicionada Agregada

Unidade Financeira
Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão

Vitoria - ES, 2015

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 6
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA ENTIDADE 7
1.1. Identificação da unidade jurisdicionada 7
1.2. Normas relacionadas à unidade jurisdicionada agregada 7
1.3. Finalidades e competências institucionais da unidade jurisdicionada 7
1.4. Apresentação do organograma funcional 10
1.4.1. Organograma 10
1.4.2. Descrição sucinta das competências e atribuições das áreas 10
2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS 12
2.1. Descrição sucinta do planejamento ou plano de ação 12
2.2. Ações adotadas para atingir os objetivos estratégicos e resultados alcançados 15
2.2.1. Ações e resultados planejados 15
2.2.2. Ações e resultados das atividades finalísticas 15
2.2.2.1. Formação Profissional 17
2.2.2.2. Exercício Profissional 17
2.2.2.3. Organização do Sistema 20
2.2.2.4. Integração Social e Profissional 20
2.2.2.5. Inserção Internacional 21
2.3. Indicadores 21
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO 22
3.1. Estrutura de governança da unidade jurisdicionada 22
3.2. Atuação do controle interno 23
3.3. Sistema de correição 23
3.4. Avaliação do funcionamento dos controles internos 24
3.5. Relação dos principais dirigentes e membros da unidade jurisdicionada 24
3.6. Custo da participação dos membros da Diretoria e conselheiros 24
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 25
4.1. Demonstração da receita 25
4.1.1. Origem das receitas 25
4.1.2. Previsão e arrecadação por natureza da receita 25
4.2. Desempenho da execução orçamentária e financeira 26
4.2.1. Comparação da despesa entre os três últimos exercícios 27
4.2.2. Execução das despesas por natureza e elementos de despesa 27
4.2.3. Execução das despesas com contratação e com pessoal 28

4.2.4. Demonstração e análise de indicadores de desempenho orçamentário e financeiro....28
4.2.5. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores 29
4.3. Informação sobre as transferências de recursos 29
4.3.1. Visão geral dos instrumentos de transferência de recursos celebrados.....29
4.3.2. Demonstração das transferências de recursos realizadas no exercício de referência...30
4.3.3. Demonstração da prestação de contas sobre transferências de recursos realizadas.....31
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....32
5.1. Demonstração da força de trabalho 32
5.2. Situações que reduzem a força de trabalho da unidade jurisdicionada 32
5.3. Custos de pessoal da unidade jurisdicionada.....33
5.4. Qualificação da força de trabalho de acordo com a idade.....34
5.5. Qualificação da força de trabalho de acordo com o nível de escolaridade.....34
5.6. Demonstração da composição do quadro de estagiários 35
5.7. Processo de ingresso de empregados na unidade jurisdicionada.....35
5.8. Desoneração da folha de pagamento 35
5.9. Demonstração da prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....35
5.10. Demonstração da prestação de serviços com locação de mão de obra 36
6. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....37
6.1. Recomendações do TCU 37
6.1.1. Demonstração das deliberações do TCU atendidas no exercício.....37
6.1.2. Demonstração das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....37
6.2. Apuração de responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário 37
7. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS 38
7.1. Adequação às normas contábeis aplicadas ao setor público.....38
7.2. Demonstrações contábeis 38
7.3. Relatório da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis 38
8. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....39
8.1. Canais de comunicação com o cidadão 39
8.2. Cumprimento das normas relativas à acessibilidade 39
9. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO 40
10. ANEXOS.....41

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA AGREGADA 7
QUADRO 2 - RELAÇÃO DOS GESTORES POR UNIDADE ORGANIZACIONAL 11
QUADRO 5 - RESUMO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO PLENÁRIO 15
QUADRO 6 - RESUMO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DAS CÂMARAS ESPECIALIZADAS 16
QUADRO 7 - RESUMO DAS ATIVIDADES DOS GRUPOS DE TRABALHO 17
QUADRO 8 - RESUMO DOS REGISTROS DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA 18
QUADRO 9 - RESUMO DAS ANUIDADES DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA 18
QUADRO 10 - RESUMO DA FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL 18
QUADRO 11 - RESUMO DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ART POR MODALIDADE 20
QUADRO 13 - RELAÇÃO DOS DIRETORES 24
QUADRO 17 - NATUREZA DA RECEITA 25
QUADRO 18 - FORMA DE PARTILHA DA RECEITA 26
QUADRO 19 - COMPARATIVO DA DESPESA ENTRE OS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS 27
QUADRO 21 - DESPESAS COM CONTRATAÇÃO E COM PESSOAL 28
QUADRO 22 - DEMONSTRAÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO 28
QUADRO 23 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES 29
QUADRO 24 - VISÃO GERAL DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS CELEBRADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS 29
QUADRO 25 - CARACTERIZAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA 30
QUADRO 26 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS 31
QUADRO 27 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS 31
QUADRO 29 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO 32
QUADRO 30 – CUSTOS DE PESSOAL NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS 33
QUADRO 31 – FORÇA DE TRABALHO POR FAIXA ETÁRIA 34
QUADRO 32 – FORÇA DE TRABALHO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE 34
QUADRO 33 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS 35
QUADRO 34 – EMPREGADOS CONTRATADOS E DEMITIDOS NO EXERCÍCIO 35
QUADRO 35 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA 35
QUADRO 36 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA 36
QUADRO 3 - AÇÕES ADOTADAS PARA ATINGIR OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 42
QUADRO 4 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO 43
QUADRO 14 - COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO 57
QUADRO 15 - DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA E CONSELHEIROS EM ATIVIDADES DA ENTIDADE 60
QUADRO 16 - ORIGEM DAS RECEITAS 62
QUADRO 20 - DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR NATUREZA E ELEMENTO DE DESPESA 64

QUADRO 28 - FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE JURISDICIONADA *66*
QUADRO 30 – CUSTOS DE PESSOAL NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS *67*

LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Organograma do Crea-ES. **41**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Confea: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia

Crea: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

UJ: unidade jurisdicionada

CEAGRO: Câmara Especializada de Agronomia

CEEST: Câmara Especializada de Engenharia de Segurança do trabalho

CEEE: Câmara Especializada de Elétrica

CEEMMQGM: Câmara Especializada de Engenharia Mecânica, Metalurgia, Química, Geologia e Minas

CEEC: Câmara especializada de Engenharia Civil

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do Crea-ES relativo ao exercício de 2014 é parte das exigência dos órgãos de controle interno e externo para a prestação de contas do exercício referenciado, nos termos do art. 70 da Constituição Federal. Foi elaborado seguindo as orientações e conteúdos constantes dos relatórios exigidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU, na Parte C, do Anexo II da DN TCU nº 134/2013, alterada pela DN TCU nº 139/2014 e sugeridos na PORTARIA-TCU nº 90/2014, bem como observando as adaptações constantes na Decisão Plenária nº 0077/2014 do Confea.
Nos termos requeridos, o Relatório de Gestão apresenta na primeira parte a identificação da Instituição, seus objetivos, finalidades e competências, o planejamento para o exercício 2014 e os resultados alcançados, assim como a estrutura de governança e de controle da gestão.

Na segunda parte é apresentada a programação e execução orçamentária e financeira, com os quadros de demonstração das receitas e suas origens, assim como da demonstração do desempenho da do orçamento e das despesas financeira realizadas.

Uma terceira etapa expõe a gestão de pessoas, incluindo a terceirização de mão de obras, os custos relacionados, a qualificação da força de trabalho e demais quesitos inerentes à gestão de mão de obra.
Por fim, foram elaboradas informações complementares, também requeridas pelo Roteiro, relacionadas com o atendimento de demandas de órgão de controle, informações de adequação da contabilidade aplicada ao setor público, e os canis de comunicação com a sociedade, com a demonstração, também, do cumprimento de normas de acessibilidade.

Do esforço de consolidar o presente relatório, há que se destacar a contribuição de todas as unidades do Crea-ES, e muito especialmente aos profissionais da contabilidade que se empenharam com vivo interesse no fornecimento de informações e preenchimento dos formulários integrantes do presente documento.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA ENTIDADE

O conteúdo deste capítulo atende o disposto no Item 1 da Parte C do Anexo II da DN TCU nº 134, de 4 de dezembro de 2013, e objetiva expor as características básicas do funcionamento do Crea-ES. A seção foi organizada em quatro subseções: "Identificação da unidade jurisdicionada", "Normas relacionadas à unidade jurisdicionada agregada", "Finalidades e competências institucionais da unidade jurisdicionada" e "Apresentação do organograma funcional".

1.1. Identificação da unidade jurisdicionada

Os principais dados que identificam o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do espírito Santo estão expostos no Quadro 1, abaixo.

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA AGREGADA	
Denominação Completa: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo	
Denominação Abreviada: Crea-ES	
Natureza Jurídica: Autarquia Federal	**CNPJ:** 27.055.235/0001-37
Principal Atividade: Administração pública em geral	**Código CNAE:** 84.11-6-00
Telefones/Fax de Contato: (27) 3334-9902; (27) 3334-9914	
Endereço Eletrônico: presidência@creaes.org.br	
Página na Internet: http://www.creaes.org.br	
Endereço Postal: Av. Cesar Hilal, 700 – Edf Yung 1º Andar – Bento Ferreira – Vitoria/ES – 29.050-662	

1.2. Normas relacionadas à unidade jurisdicionada agregada

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Espírito Santo, autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, conforme disposto na **Lei Federal nº 5.194**, de 24 de dezembro de 1966, criado através da **Resolução nº 127**, de 13 de junho de 1960 (Crea – 11ª Região), instalado no dia 1º de julho de 1960 e designado pela **Resolução nº 251**, de 16 de dezembro de 1977 (Crea-ES) e **Regimento Interno** homologado pelo Plenário do Confea na Sessão nº 1280/2005, publicado no Diário Oficial da União de 09/11/05.

Para o desenvolvimento de suas ações o Crea é organizado administrativamente em estrutura básica, estrutura de suporte e estrutura auxiliar, Art 3º do regimento interno.

No que se refere às normas relacionas à administração do Crea-ES, a estrutura organizacional do Crea-ES é regulada pela PL 010/2012 e Sessão Plenária 953ª de 10 de janeiro de 2012. Além disso, há o Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS, o qual é regulado pelas Decisões RD nº 26, de 12 de agosto de 2013 e Portaria nº 28, de 30 de setembro de 2013

1.3. Finalidades e competências institucionais da unidade jurisdicionada

As competências legais e institucionais do Crea-ES estão definidas na Lei nº 5.194, de 1966, e em seu Regimento.

A Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que:

Art. 33 - Os **Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA)** são órgãos de fiscalização do exercício das profissões de engenharia,

arquitetura e agronomia, em suas regiões.

Art. 34 - São atribuições dos Conselhos Regionais:

a) elaborar e alterar seu regimento interno, submetendo-o à homologação do Conselho Federal.

b) criar as Câmaras Especializadas atendendo às condições de maior eficiência da fiscalização estabelecida na presente lei;

c) examinar reclamações e representações acêrca de registros;

d) julgar e decidir, em grau de recurso, os processos de infração da presente lei e do Código de Ética, enviados pelas Câmaras Especializadas;

e) julgar em grau de recurso, os processos de imposição de penalidades e multas;

f) organizar o sistema de fiscalização do exercício das profissões reguladas pela presente lei;

g) publicar relatórios de seus trabalhos e relações dos profissionais e firmas registrados;

h) examinar os requerimentos e processos de registro em geral, expedindo as carteiras profissionais ou documentos de registro;

i) sugerir ao Conselho Federal médias necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização do exercício das profissões reguladas nesta lei;

j) agir, com a colaboração das sociedades de classe e das escolas ou faculdades de engenharia, arquitetura e agronomia, nos assuntos relacionados com a presente lei;

k) cumprir e fazer cumprir a presente lei, as resoluções baixadas pelo Conselho Federal, bem como expedir atos que para isso julguem necessários;

l) criar inspetorias e nomear inspetores especiais para maior eficiência da fiscalização;

m) deliberar sôbre assuntos de interêsse geral e administrativo e sôbre os casos comuns a duas ou mais especializações profissionais;

n) julgar, decidir ou dirimir as questões da atribuição ou competência, das Câmaras Especializadas referidas no artigo 45, quando não possuir o Conselho Regional número suficiente de profissionais do mesmo grupo para constituir a respectiva Câmara, como estabelece o artigo 48;

o) organizar, disciplinar e manter atualizado o registro dos profissionais e pessoas jurídicas que, nos têrmos desta lei, se inscrevam para exercer atividades de engenharia, arquitetura ou agronomia, na Região;

p) organizar e manter atualizado o registro das entidades de classe referidas no artigo 62 e das escolas e faculdades que, de acôrdo com esta lei, devam participar da eleição de representantes destinada a compor o Conselho Regional e o Conselho Federal;

q) organizar, regulamentar e manter o registro de projetos e planos a que se refere o artigo 23;

r) registrar as tabelas básicas de honorários profissionais elaboradas pelos órgãos de classe.

e Resoluções:
Resolução 127 de 13 de junho de 1960 do CONFEA

Art. 1º - Fica o Estado do Espírito Santo desmembrado da jurisdição do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 5ª Região, passando a nele ser constituído o **Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 11ª Região**, com sede na Cidade de Vitória.

Resolução 251 de dezembro de 1977 do CONFEA
Art. 1º - Os **Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia serão designados com o nome da unidade da Federação** onde tiverem sua sede.

A estrutura básica do Conselho é responsável pela criação de condições para o desempenho integrado e sistemático de suas finalidades e composta pelo **Plenário** (órgão colegiado decisório, tem por finalidade decidir assuntos relacionados às competências do Conselho Regional, constituindo a segunda instância de julgamento no âmbito de sua jurisdição), **Câmaras Especializadas** (órgão decisório, tem por finalidade apreciar e decidir os assuntos relacionados à fiscalização do exercício profissional e sugerir medidas para o aperfeiçoamento das atividades do Conselho Regional, constituindo a primeira instância de julgamento no âmbito de sua jurisdição), **Presidência** (órgão executivo máximo da estrutura básica que tem por finalidade dirigir o Crea e cumprir e fazer cumprir as decisões do Plenário) e **Conselho Diretor** (órgão executivo da estrutura básica do Crea que tem por finalidade auxiliar a Presidência no desempenho de suas funções e decidir sobre questões administrativas).

A estrutura de suporte é responsável pelo apoio aos órgãos da estrutura básica nos limites de sua competência específica, sendo composta por **Comissões Permanentes** (órgão deliberativo da estrutura de suporte que tem por finalidade auxiliar o Plenário do Crea no desenvolvimento de atividades contínuas relacionadas a um tema específico de caráter legal, técnico ou administrativo), **Comissões Especiais** (órgão que tem por finalidade auxiliar os órgãos da estrutura básica no desenvolvimento de atividades de caráter temporário relacionadas a um tema específico de caráter legal, técnico ou administrativo) e **Grupos de Trabalho** (órgão de caráter temporário que tem por finalidade subsidiar os órgãos da estrutura básica e da estrutura de suporte por intermédio do estudo, a análise ou a apresentação da solução para problemas internos, específicos do sistema Confea/Crea, ou externos, com abrangência nas áreas técnicas, econômicas, sociais ou políticas).

1.4. Apresentação do organograma funcional

Nas duas próximas subseções, será apresentada a estrutura organizacional do Crea-ES, isto é, a forma pela qual as funções, atividades, procedimentos, tarefas e operações são planejados, organizados, coordenados e controlados para a melhor consecução dos objetivos e metas estabelecidos.

1.4.1. Organograma

O Organograma – constante no Anexo I, do Capítulo 10 deste Relatório de Gestão

1.4.2. Descrição sucinta das competências e atribuições das áreas

Superintendência - Planejar, organizar, controlar e assessorar as organizações nas áreas de recursos humanos, patrimônio, materiais, informações, financeira, tecnológica, do CREA-ES. Implementar programas e projetos; elaborar planejamento organizacional; Promover estudos de racionalização e controlar o desempenho organizacional. Prestar consultoria administrativa a organizações e pessoas.

Unidade de Atendimento - Processar o registro de pessoas físicas e jurídicas, instituições de ensino, entidades de classe e obras intelectuais junto ao Crea-ES, Processar o registro e o controle de responsabilidade técnica sobre obras e/ou serviços de profissionais, empresas e instituições junto ao Crea-ES, Processar o registro e o controle de acervos técnicos dos profissionais, empresas e instituições junto ao Crea-ES. Emitir
Certidões.

Unidade de Fiscalização - Verificar in loco o cumprimento de obrigações legais relativas ao registro de responsabilidade técnica de obras e serviços atinentes às atividades da categoria. Realizar a verificação interna da integridade de informações e sua correlação com registros de outras fontes de profissionais ou empresas relativas ao cumprimento de obrigações legais relativas ao exercício profissional através do registro de anotação de responsabilidade técnica de obras e/ou serviços.

Unidade de Administrativa - Administrar a prestação dos serviços internos; coordenar e executar as atividades da área de tecnologia da informação; realizar a administração de pessoal, gerenciando os recursos humanos, controlando os processos de gestão de pessoas (treinamento, recrutamento, entre outros); executar os processos de licitação e de compra direta do Crea-ES, assim como o controle da frota e de telefonia; controlar a aquisição dos serviços de limpeza, artífice e motoristas, correios e transporte de documentos; responder pelo sistema de qualidade, assegurando a sua manutenção e melhorias, através de auditorias internas e externas.

Unidade de Relacionamento Institucional - Realizar as atividades do Plenário, Câmaras Especializadas, Comissões e Grupos de Trabalho na instrução, através da elaboração de Pareceres Técnicos, como também na distribuição, organização e finalização dos processos a serem relatados pelos Conselheiros, e ainda, pela organização de infra-estrutura das reuniões, eventos e atividades afins dos conselheiros, relacionadas a trabalho honorifico dos mesmos desenvolvidos em representatividade ao Crea/ES. Elaborar propostas de normas e atos a serem aprovados em Câmaras e Plenário, pela integração com as Entidades de Classe e Instituições de Ensino registradas e com

representantes no Plenário do Conselho, e pela oferta de cursos e realização de eventos e palestras de divulgação da Legislação do Sistema Confea/Creas na fiscalização do Exercício Profissional**.**

Unidade Financeira - Coordenar e executar as atividades inerentes à programação e à execução financeira, orçamentária, contábil do Crea-ES, bem como a inscrição da dívida ativa e sua cobrança administrativa.

Ainda sobre as unidades organizacionais, o Quadro 2 identifica os respectivos gestores que estiveram no comando das áreas do Confea no exercício de referência do Relatório de Gestão.

Situação em 31/12/2014

QUADRO 2 - RELAÇÃO DOS GESTORES POR UNIDADE ORGANIZACIONAL			
Unidade Organizacional	**Nome**	**Cargo**	**Período de designação**
Atendimento	José Maria Cola dos Santos	Gerente	02/02/2009
Fiscalização	José Adilson de Oliveira	Gerente	03/05/2011
Administrativa	Walace Francisco Ferreguetti	Gerente	01/02/2012
Relacionamento Institucional	Leonardo Coser Boynard	Gerente	03/01/2012
Financeiro	Elisangela Moreira Portes	Gerente	15/02/2012
Procuradoria Geral	Renata Aparecida Lucas	Gerente	30/01/2012
Superintendencia	Wolmar Roque Loss	Superintendência	03/01/2012
Comunicação	Agnelo Santa Fé Aquino	Gerente	01/02/2013

Fonte: Unidade Administrativa - Portarias

2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1. Descrição sucinta do planejamento ou plano de ação

No exercício de 2014, o planejamento das ações do Crea-ES teve como referência o Plano Estratégico 2012/2017, os projetos prioritários dele derivados, cuja definição de metas foram estabelecidas nas reuniões do Núcleo de Gerenciamento, com rebatimento na Política de Qualidade ISO 9001, em termos de metas e indicadores dos principais itens de controle do Conselho, e no Orçamento Anual da Instituição, submetido pela Diretoria à Plenária do Conselho.

O Plano Estratégico do Crea-ES foi concluído em fins de 2012, refluindo seus efeitos para a programação anual de atividade e para a política de Qualidade ISO 9001. Já em 2013, foram ajustadas a visão estratégica, o quadro de metas e os indicadores de controle, dando-lhe nova redação, conforme segue:

Política da Qualidade

Participar do desenvolvimento da sociedade, orientando e fiscalizando o cumprimento da legislação e da ética nas atividades de Engenharia, Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, com vistas à valorização profissional, à qualidade e à segurança das obras/serviços, à qualidade de vida da população e à melhoria contínua dos processos de trabalho do Crea-ES.

Negócio

Registrar, Orientar e Fiscalizar o Exercício das Profissões da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, em níveis médio e superior, regulamentadas pelo Sistema Confea/Crea, no âmbito do Espírito Santo.

Missão

Ser uma instituição pública que contribui para o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo, assegurando à sociedade que o exercício da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia seja desempenhado por profissionais e empresas legalmente habilitados.

Visão

Ser referência para a sociedade, para os profissionais e empresas na prestação de serviços de qualidade e na promoção do desenvolvimento sustentável.

Valores

Ética, Transparência, Inovação, Valorização Profissional, Segurança, Sustentabilidade, Eficácia, Busca da Excelência, Valorização das Pessoas, Comprometimento, Impessoalidade.

EIXOS ESTRATÉGICOS DE TRABALHO

Os eixos estratégicos com origem no Plano 2012/2017 mantiveram-se os mesmos no exercício de 2014, não merecendo revisões ou adequações no período. Desta forma são eles os seguintes:

1. Fortalecer as entidades de classe registradas no Sistema Confea/Crea.
2. Assegurar a sustentabilidade econômico-financeira da instituição.
3. Consolidar a instituição valorizando seu corpo funcional, objetivando tornar-se referência no Sistema Confea/Crea.
4. Valorizar os profissionais da Engenharia, da Agronomia e áreas afins.

   Promover a integração institucional e a inserção social do Crea-ES na comunidade capixaba.

Com base nesses Eixos Estratégicos, foram elaborados 17 Projetos Prioritários 2012-2017, listados a seguir:

Projetos voltados para a sociedade

Canal aberto para a Sociedade.
Sustentabilidade em segmentos relevantes da área tecnológica.
Engenharia e Agronomia Públicas.
Implantação do novo Plano de Comunicação Institucional.

Projetos de valorização profissional

Promoção de Debates Temáticas.
Estruturação de ações integradas com entidades de classe, instituições de ensino e Crea júnior.
Prêmio Destaque Profissionais do ano.
Congresso Estadual de Engenheiros.

Projetos de Estruturação do Crea-ES.

Qualidade Total no atendimento.
Modernização e Ampliação das Ações de Fiscalização.
Implantação de um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários.
Implementação de Planos anuais de Capacitação de Pessoal.
Renovação e Ampliação do Quadro de Pessoal.
Reestruturação da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).
Parcerias para Melhorar a Eficácia da Fiscalização.
Nova Sede do Crea-ES.
Implantação do núcleo de estudos normativos e revisão de procedimentos

Dentre os riscos defrontados e as medidas mitigadoras para o seu enfrentamento destacam-se como os mais relevantes, a possibilidade de declínio de receitas de ART's, por decorrente de forte redução no ritmo de crescimento econômico. O segundo, também relativo às receitas de ART's se

relaciona às demandas judiciais que tem surgido, e que já se fazem presentes no Espírito Santo, sobre a constitucionalidade e legalidade de cobrança de um imposto, não instituído por lei. Este risco tende a ser a maior ameaça que o sistema Confea/CREA/Mutua enfrentará neste e nos próximos anos, podendo inclusive comprometer a sustentabilidade econômico/financeira do Sistema.

No exercício de 2014, o Crea-ES, além de dar continuidade aos Projetos estruturantes e de interiorização das atividades do Conselho, à valorização dos profissionais, a exemplo da realização de encontros e cursos de capacitação profissional, e à execução de projetos voltados para a sociedade, como o desenvolvimento das ações de integração com as instituições dos poderes judiciário e de órgão de controle interno do Governo do Estado e as prefeituras Municipais, atuou com o foco voltado são fortalecimento e aperfeiçoamento das gestão, a exemplo dos projetos abaixo descritos, cujos resultados serão detalhados adiante.

2.2. Ações adotadas para atingir os objetivos estratégicos e resultados alcançados

2.2.1. Ações e resultados planejados

O Quadro 03 – constante no Anexo II, do Capítulo 10 deste Relatório de Gestão – apresenta as ações adotadas para atingir os objetivos estratégicos.

O Quadro 04 – constante no Anexo III, do Capítulo 10 deste Relatório de Gestão – apresenta as demonstrações dos resultados alcançados no exercício.

2.2.2. Ações e resultados das atividades finalísticas

Situação em 31/12/2014

QUADRO 5 - RESUMO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO PLENÁRIO		
Quantidade de Sessões Plenárias		
Ordinárias	12	
Extraordinárias	02	
Quantidade de Atos Administrativos Normativos Aprovados		
Atos Normativos	02	
Decisões Plenárias	93	
Quantidade de Matérias[1] Analisadas Conforme Ano de Origem		
Matérias remanescentes de 2013	28	
Matérias pautadas em 2014	116	
Quantidade de Matérias[1] Analisadas Conforme Ordem da Pauta		
	Em Andamento[2]	**Concluído**
1. *Ad Referendum*	-	53
2. Pedido de Vista	13	-
3. Pedido de Reconsideração	-	-
4. Diretoria	-	-
5. Relato de processos		
5.1. Composição do Plenário do Regional	-	01
5.1. Infração à Lei nº 5194/66	08	-
5.2. Infração à Lei nº 6496/77	14	-
5.3. Infração ao Código de Ética	01	-
5.4. Registro de pessoa física	01	-
5.5. Registro de pessoa jurídica	01	-
5.6. Revisão de Atribuições	02	-
5.7. Responsabilidade Técnica	01	-
5.8. Registro de entidades de classe	-	01
5.9. Registro de instituições de ensino	-	-
5.10. Cadastramento de instituição de ensino	01	04
5.11. Cadastramento de curso	01	04
5.12. Orçamentos/Reformulações Orçamentárias	-	08
5.13. Outros	-	-
6. Assuntos Gerais	-	-
Total	**43**	**73**

Fonte: Unidade de Relacionamento e Institucional – Atas, 2014

Nota 1: entende-se por matérias os processos ou protocolos formalizados na unidade jurisdicionada.

Nota 2: processos pautados na última plenária de 2014 que foram repautados para o exercício 2015.

Situação em 31/12/2014

QUADRO 6 - RESUMO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DAS CÂMARAS ESPECIALIZADAS									
	Câmara Especializada								
	CEAGRI	CEAGRO	CEEC	CEEE	CEEF	CEEM	CEEQ	CEEST	CEGM
Quantidade de Reuniões		14	14	11		12			
Ordinárias		14	14	11		10			
Extraordinárias			-	-		2			
Área de Fiscalização									
Workshop/Evento Regional			-			-			
Quantidade de Atos Administrativos									
Decisões		63	400	344		126			
Normas de fiscalização			01			0			
Quantidade de Matérias[1] Analisadas									
Acervo Técnico Profissional									
Dupla Responsabilidade Técnica									
Elaboração de Atos Normativos									
Infração à Lei nº 5.194/66		06	10	146		99			
Infração à Lei nº 6.496/77		01	339	121		07			
Infração ao Código de Ética		03	16			01			
Registro de Entidade de Classe		01	01	01					
Registro de Instituição de Ensino		04		01		04			
Registro de Pessoa Jurídica		76		113					
Registro de Profissional		406		700					
Registro Diplomado no Exterior		01	01	0					
Revisão de Atribuição		07		01					
Outros (alteração PJ)		98		192					
Outros (Anotação de Curso)		02	03	03		06			
Outros (Interrupção do registro)		01		09					
Outros (consulta)		02		0					
Outros (Cadastramento de curso)			04			06			
Outros		02							

LEGENDA:
CEAGRI: Câmara Especializada de Agrimensura.
CEAGRO: Câmara Especializada de Agronomia.
CEEC: Câmara Especializada de Engenharia Civil.
CEEE: Câmara Especializada de Engenharia Elétrica.
CEEF: Câmara Especializada de Engenharia Florestal.
CEEM: Câmara Especializada de Engenharia Mecânica e Metalúrgica.
CEEQ: Câmara Especializada de Engenharia Química.
CEEST: Câmara Especializada de Engenharia de Segurança do Trabalho.
CEGM: Câmara Especializada de Geologia e Engenharia de Minas.
Nota 1: entende-se por matérias os processos ou protocolos formalizados na unidade jurisdicionada submetidos à apreciação da câmara especializada.

Fonte: Unidade de Relacionamento e Institucional – Atas, 2014

Situação em 31/12/2014

QUADRO 7 - RESUMO DAS ATIVIDADES DOS GRUPOS DE TRABALHO		
Nome do GT	**Objetivo**	**Resultado**
Engenharia e Agronomia Pública e Social.	Firmar parcerias para viabilizar o acesso a Serviços Técnicos da Engenharia e Agronomia à população de baixa renda e a pequenos agricultores.	Em 2013 iniciou a operacionalização do Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Crea-ES, a Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, a Escola Família Agrícola de São João do Garrafão, Idaf, Incaper, Senar-ES, Coopeavi e Entidades de Classe, no qual alunos selecionados do Curso Técnico de Agropecuária, sob supervisão do corpo docente, prestam assistência técnica a pequenos agricultores definidos pela Municipalidade. Em 2014 o GT priorizará parcerias com Prefeituras da Grande Vitória e Instituições de Ensino, para ofertar Serviços de Projetos, Orçamentos e Acompanhamento de Obras de Construção, Reforma e Ampliação de Moradias Populares, inclusive com a possibilidade de se captar recursos estipulados na Lei Federal nº 11888/2008.
Meio Ambiente e Sustentabilidade	Integrar os Profissionais do Sistema CONFEA/CREA, através de parcerias e ações conjuntas com instituições de ensino, empresas privadas, órgãos e empresas públicas, governo federal, estadual e municipal.	1 - O GT iniciou o seu trabalho no ano de 2013, com a Palestra "Sustentabilidade – conceituação, tríade ambiental-social e o papel do engenheiro deste cenário" proferida pelo Ex-Prefeito de Vitória Eng. Luiz Paulo Veloso Lucas; 2 - Palestra proferida pelo Eng. Newton Figueiredo Presidente do Grupo Sustentax; 3 – Realização do 1º Fórum Capixaba de Municípios Sustentáveis, em Vitória-ES. 4 – Instalação do Termo de Cooperação Técnica Entre o CREA-ES e o CONFEA e este com o MMA – Ministério do Meio; 5 - Em 2014 o GT priorizará Realização do 2º e 3º Fóruns Capixaba de Municípios Sustentáveis, em Linhares/ES e Cachoeiro de Itapemirim/ES.

Fonte: Unidade de Relacionamento e Institucional – Atas, 2014

2.2.2.1. Formação Profissional

2.2.2.2. Exercício Profissional

Situação em 31/12/2014

QUADRO 8 - RESUMO DOS REGISTROS DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA							
	2013	**2014**					
	Registros Ativos	**Novos Registros**	**Registros Reativados**	**Registros Cancelados**	**Outros**	**Registros Ativos**	**Visto**
Registro Profissional							
Nível Superior	**15.505**	**1.343**	**66**	**209**	**-**	**12.537**	**4.168**
Nível Médio	**14.583**	**2.256**	**110**	**1.024**	**-**	**15.336**	**589**
Registro de Empresa							
Registro	**4.058**	**668**	**-**	**668**	**-**	**5.685**	**-**
Registro Provisório	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Unidade de Atencdimento – Sistema Corporativo

Situação em 31/12/2014

QUADRO 9 - RESUMO DAS ANUIDADES DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA			
	Quantidade de Adimplentes	**Quantidade de Inadimplentes**	**Valores arrecadados em 2014**
Registro Profissional			
Nível Superior	11787	4918	R$ 4.203.005,41
Nível Médio	11103	4822	R$ 2.120.309,40
Registro de Empresa			
Registro	4438	2658	R$ 3.633.768,20
Registro Provisório			

Fonte: Unidade Financeira – Sistema Corporativo

Situação em 31/12/2014

QUADRO 10 - RESUMO DA FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL	
Quantidade de Empregados na Área de Fiscalização	
Fiscal	**16**
Administrativo	03 funcionários de carreira, 03 funcionários terceirizados e 02 estagiários. **Total: 08**
Quantidade de Empreendimentos Fiscalizados	32.628
Em Situação Regular	24.124
Em Situação Irregular	8.504
Quantidade de Visitas de Fiscalização por Grupo/Modalidade Fiscalizada	
Agrimensura	46 visitas (12 Nais) 0,14%
Agronomia	901 visitas (235 Nais) 2,76%
Engenharia Civil	24.057 visitas (6.270 Nais) 73,73%
Engenharia Elétrica	3.257 visitas (848 Nais) 9,98%
Engenharia Mecânica e Metalúrgica	4.251 visitas (1.108 Nais) 13,03%
Engenharia Química	09 visitas (03 Nais) 0,03%
Engenharia de Segurança do Trabalho	65 visitas (17 Nais) 0,20%
Geologia e Minas	42 visitas (11 Nais) 0,13%
Abrangência	
Quantidade de Municípios Fiscalizados	**78**
Área Geográfica Total	46.077,89 Km²

Fonte: Unidade de Fiscalização – Relatórios da Unidade

Com uma média mensal de 2.719 Ações Fiscais (Visitas + Notificações e Autos de Infração - NAIs) efetivadas no estado do Espírito Santo no ano de 2014, a Equipe de Fiscalização do Crea-ES, mesmo enfrentando uma redução no número de Fiscais (Aposentadoria e término de convênio), conseguiu um bom resultado geral.

Em números absolutos tivemos uma pequena queda de 2,4% no número de Ações Fiscais realizadas, em relação à média dos últimos 5 anos (2009-2013), porém, em termos de produtividade, foi o melhor ano da série histórica INICIADA EM 2003, com a média de 2.175 Ações Fiscais por Fiscal no ano.

Em termos de obras/serviços irregulares [nº de NAIs : (nº de Visitas + NAIs) x 100], a situação também melhorou em 2014, em relação a 2013 passando de 27% para 26%, registrando que há 10 anos (2004), eram 48,9% de obras/serviços irregulares encontrados.

A área da Engenharia Civil continua na liderança isolada das ações fiscais (73,73%), perfil este que deve perdurar por muito tempo ainda, mas é importante grifar que experimentamos uma pequena desconcentração de ações, com atuações bastante diversificadas, envolvendo as áreas da Engenharia Mecânica e Metalúrgica (13,03%), Engenharia Elétrica (9,98%), Agronomia (2,76%), Engenharia de Segurança do Trabalho (0,20%), Agrimensura (0,14%), Geologia e Minas (0,13%), e Engenhara Química (0,03%).

A ação fiscalizatória do Crea-ES cobre todos os 78 municípios do estado do Espírito Santo, cujo território total é de 46.077,89 Km².

Os avanços mais significativos que conquistamos em 2014 foi a aquisição da Frota própria para os Fiscais de campo e a implementação do uso dos Tablets.

Importante citar ainda que, por recomendação do Ministério Público, iniciamos a fiscalização da regularidade dos profissionais de órgãos públicos e a adequada ocupação dos cargos/funções técnicas de chefia nesses órgãos e a perspectiva é de evoluirmos em 2015.

Também investimos em treinamento da equipe de campo com dois treinamentos por ano e com metade da Equipe de Fiscais já tendo participado, pelo menos uma vez, do Seminário Nacional de Fiscalização do Conselho Federal – Confea.

As metas para 2015 em diante, é continuar executando o que foi planejado de acordo com o Plano Estratégico do Crea-ES 2012-2017, tentar recompor e ampliar o quadro funcional da Unidade de Fiscalização e fazer gestão para ampliarmos o leque de convênios interinstitucionais de parcerias entre órgãos de controle e fiscalização, visando otimizar os resultados práticos da ação fiscalizatória do Conselho.

Situação em 31/12/2014

QUADRO 11 - RESUMO DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ART POR MODALIDADE				
Grupo/Modalidade	**Quantidade ART**	**% de ART**	**Valor Arrecadado**	**% de Arrecadação**
Agrimensura	4182	3,23	273.475,60	2,75
Agronomia	29923	23,08	1.878.018,62	18,88
Engenharia Civil	50823	2,94	242.728,31	2,44
Engenharia Elétrica	16530	12,75	1.179.165,19	11,85
Engenharia Mecânica e Metalúrgica	17587	13,57	1.162.847,36	11,69
Engenharia Química	206	0,16	14.945,91	0,15
Engenharia de Segurança do Trabalho	2651	1,99	171.046,91	1,72
Geologia e Minas	3903	3,01	256.418,48	2,58
Arts sem título definido	3815	2,94	242.728,31	2,44
Total	**129631**		**R$ 9.949.024,80**	

Fonte: Unidade Financeira – Sistema Corporativo

Obs.: leva em consideração a data de cadastramento das ARTs

2.2.2.3. Organização do Sistema

O Crea-ES vem dando especial atenção à sua inserção proativa nas relações com as Entidades de Profissionais, Instituições de Ensino e demais Conselho de Profissionais, entendidos como Sistema cuja sinergia potencializa a o desenvolvimento das atividades institucionais do Conselho.

Dentre os projetos originados do planejamento Estratégico considerados relevantes para fortalecimento da gestão das relações com as referidas instituições estão o Projeto "Estruturação de Ações Integradas com Entidades de Classe, instituições de Ensino e Crea Júnior", o Projeto "Parcerias para melhorar a Eficácia da Fiscalização" e o Projeto "Engenharia e Agronomia Públicas". Tais projetos serão mais bem detalhadas no tópico seguinte, que evidencia a integração interinstitucional engendrada pelo Crea-ES para melhorar o desempenho de suas atribuições, permitindo com a inserção no Sistema, melhor visibilidade e maior capacidade de resolução de seus desafios.

Especificamente no âmbito dos demais Conselhos de Profissionais, são programados encontros do que se convencionou chamar de "Conselhão", para discutir estratégias de atuação conjunta para problemas que são comuns a todos os Conselhos, além de trocar experiências sobre o desenvolvimento de projetos e ações, especialmente aqueles que visam ao propósito da inserção comunitária e social de cada Conselho, como partes e do sistema, como um todo.

Por fim, dados e informações sobre a interação e atividades proativas do da gestão das relações institucionais estão explicitadas na descrição dos resultados deste Relatório.

2.2.2.4. Integração Social e Profissional

O Crea-ES, através de adequação de sua estrutura organizacional fez constituir em seu organograma institucional a Gerência de Relacionamento Institucional, cujas atribuições envolvem a articulação e integração com as instituições que apresentam alguma interface com os objetivos e funções do Conselho, tais como as prefeitura Municipais, os Órgão de controle das instituições Publicas, o Ministério Público e o poder judiciário, em âmbito estadual.

Especial integração se revela na realização de cursos encontros, palestra e debates com participação dass instituições de ensino e entidade de profissionais, as quais constituem a base da estruturação do Plenário do Conselho.

Ademais, a integração social se realiza com maior expressividade, neste Crea-ES, através do Projeto Crea Itinerante, em que o Crea-ES se faz presente através de uma VAN adaptada com escritório que percorre os municípios capixabas, atendendo aos profissionais, empresas, e à comunidade local.

Também, as parcerias com os municípios, através do Projeto Engenharia e Agronomia Públicas tem mostrado excelentes resultados no processo de integração social. Neste particular, não se trata de uma ação isolada do Crea-ES. Ao contrário revela-se um exercício profícuo da integração do Sistema, em favor dos propósitos constitucionais, quais sejam, a persecução dos interesses sociais e humanos, que preside as ações do Conselho. Os resultados do descritos neste Relatório evidenciam os esforços de integração social e profissional.

2.2.2.5. Inserção Internacional

2.3. Indicadores

O Quadro 12 – constante no Anexo IV, do Capítulo 10 deste Relatório de Gestão – apresenta os indicadores de gestão.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1. Estrutura de governança da unidade jurisdicionada

A estrutura de Governança do Crea-ES é subdividida em duas subestruturas, conforme demonstrado no Organograma Funcional do Conselho, exposto no item 1.4. Tais subdivisões são a estrutura básica e a estrutura auxiliar, cujas funções de governança são distintas e integradas. Na estrutura básica se inserem a Governança Superior, com caráter normativo e deliberativo, no âmbito do Regional: Plenário, Câmaras e Especializadas, Presidência, e Inspetorias Regionais. Ainda integra a estrutura básica a estrutura de suporte, com as comissões permanente, especial e grupos de trabalho. Destaque-se que a Presidência tem sua Assessoria, sendo que a ouvidoria é preenchida com cargo de assessoramento.

A estrutura auxiliar é integrada pela Superintendência a que se vinculam a Procuradoria Geral e as Gerências, quais sejam: Gerência Administrativa, Gerência Financeira, Gerência de relacionamento Institucional, Gerência de Atendimento, Gerência de fiscalização e Gerência de Comunicação. Tais estruturas auxiliares são o braço operacional efetivo do Conselho, aquelas que produzem os serviços necessários aos profissionais e empresas e prestam apoio ao funcionamento da estrutura básica e da estrutura de suporte.

Ainda que em tópicos anteriores, a partir de excertos do regimento interno, foram explicitadas as funções de cada unidade das estruturas básica e auxiliar, importa aqui evidenciar aquelas que se responsabilizam pelo controle interno, além da ouvidoria.

a) Da Comissão Permanente de Orçamento e Tomada de Contas: Em nível de estrutura básica, destaca-se o papel da Comissão Permanente de Orçamento e Tomada de Contas, integrada por Conselheiros, cuja atribuição é analisar a proposta orçamentária e suas reformulações, assim como as prestações de contas trimestrais, recomendando ajustes, se for o caso, e encaminhando ao Plenário o parecer quanto à sua apreciação. Esta é, do ponto de vista do controle interno das decisões dos gestores, a Comissão Permanente mais importância do Conselho, sob o ponto de vista das decisões e comprovação das despesas.

b) Procuradoria Geral: Trata-se de unidade, em nível gerencial, que se manifesta tanto sobre os procedimentos licitatórios e administrativos internos, quanto sobre a juridicidade dos contratos e das decisões da Presidência, sobre temas que demandam serviços jurídicos. Exerce, assim, importante função cautelar quanto à aplicação dos recursos do Conselho.

c) Gerência Administrativa: Concentra nessa Gerência a origem da demanda da maior parcela do gasto orçamentário, identificados na folha de pagamentos, nas compras de materiais de consumo e permanentes, na realização de gastos de investimento. A Comissão Permanente de Licitação e o setor de compras ficam sob responsabilidade dessa Gerência. Nesta linha, em integração com a Procuradoria Geral e com a Gerência financeira, exerce papel efetivo de controle de despesas.

c) Gerência Financeira: Trata-se da instância inicial de empenho da despesa, e final de liquidação e pagamento da referida despesa. Por sua natureza, ainda que não se configurando uma Controladoria, exerce de fato a função, porquanto tem em mãos os dados e informações para o exercício do controle interno.

d) Da Ouvidoria – A ouvidoria, enquanto órgão estruturado ainda não se verifica no Crea-ES. A atual gestão, desde 2012, criou a ouvidoria, contando com servidor comissionado, de livre nomeação do Presidente. A ouvidoria, nos moldes concebidos pelo seu ouvidor, atua tanto na auscultação dos funcionários internos, como dos profissionais registrados e de cidadãos do povo.

3.2. Atuação do controle interno

O último Relatório de Auditoria Circunstanciado, elaborado pela Empresa Maciel, Auditoria, Consultoria, Perícia e Assessoria, contratada pelo CONFEA para a análise das contas do exercício de 2012, envolvendo a parte contábil e de controles internos, demonstra que ainda que haja fragilidades pontuais no controle interno, não se observou inconsistências nos procedimentos contábeis e financeiros, o que demonstra a efetividade do controle interno, mesmo a contratada destacando a fragilidade do controle da Dívida Ativa.
Dos relatórios de auditorias procedidas pelo CONFEA, diretamente por seus Auditores ou por terceirizações dos serviços, são dados ciência à alta gerência (Presidente e Diretoria), destacando-se que das reuniões de Diretoria participam o Superintendente e todas as Gerências da Estrutura Auxiliar.

3.3. Sistema de correição

Temos a esclarece que, no âmbito administrativo, com fundamento no Regimento Interno do Crea-ES, através de Portaria é nomeada uma comissão de funcionários ou conselheiros, conforme o caso concreto, com vistas a apurar, eventuais infrações e/ou atos ilícitos realizados em face do Conselho ou que prejudiquem o serviço.
As atribuições das comissões permanentes constam no Regimento Interno. Já as obrigações das Comissões Disciplinares são descritas na referida Portaria. Os membros das Comissões disciplinares competem, em síntese, autuar o processo administrativo, convocar e ouvir as partes interessadas/testemunhas, colher documentos, fazer relatórios de conclusão dos trabalhos dentro dos prazos estabelecidos.

3.4. Avaliação do funcionamento dos controles internos

3.5. Relação dos principais dirigentes e membros da unidade jurisdicionada

Situação em 31/12/2014

QUADRO 13 - RELAÇÃO DOS DIRETORES			
	Nome	**Cargo/Função**	**Mandato**
1	HELDER PAULO CARNIELLI	Presidente	01/01/14 – 31/12/2014
2	FRED ROSALÉM HELIODORO	Vice-Presidente	28/01/14 - 1ª Sessão Plenária de 2015
3	JOSÉ ANTONIO DO AMARAL FILHO	2º Vice Presidente	28/01/14 - 1ª Sessão Plenária de 2015
4	GERALDO ROSSONI SISQUINI	Vice Diretor Administrativo	28/01/14 - 1ª Sessão Plenária de 2015
5	ÁLVARO JOÃO BRIDI	Diretor Financeiro	28/01/14 - 1ª Sessão Plenária de 2015
6	OSWALDO PAIVA ALMEIDA FILHO	Diretor Administrativo	28/01/14 - 1ª Sessão Plenária de 2015
7	SIMONE COUTINHO LACERDA	Vice Diretora Financeira	28/01/14 - 1ª Sessão Plenária de 2015

Fonte: Unidade de Relacionamento e Institucional – Atas, 2014

O Quadro 14 – constante no Anexo V, do Capítulo 10 deste Relatório de Gestão – apresenta a composição do plenário.

3.6. Custo da participação dos membros da Diretoria e conselheiros

O Quadro 15 – constante no Anexo VI, do Capítulo 10 deste Relatório de Gestão – apresenta o demonstrativo do custo da participação dos membros da diretoria e conselheiros em atividades da entidade.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O conteúdo deste capítulo atende o disposto no Item 4 da Parte C do Anexo II da DN TCU nº 134, de 2013, e tem a intenção de explicitar as informações orçamentárias e financeiras referentes ao exercício de 2014 do Crea-ES. A seção foi organizada em três subseções: "Demonstração da receita", "Desempenho da execução orçamentária e financeira" e "Informação sobre as transferências de recursos".

4.1. Demonstração da receita

4.1.1. Origem das receitas

O Quadro 16 – constante no Anexo VII, do Capítulo 10 deste Relatório de Gestão – apresenta a origem das receitas.

4.1.2. Previsão e arrecadação por natureza da receita

Situação em 31/12/2014

QUADRO 17 - NATUREZA DA RECEITA			
Código	**Nomenclatura**	**Previsão**	**Arrecadação**
6.2.1.1.1	**RECEITA CORRENTE**	**21.557.783,64**	**20.628.841,71**
6.2.1.1.1.01	RECEITA TRIBUTÁRIA	7.034.121,49	6.785.682,48
6.2.1.1.1.02	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	9.208.591,34	9.244.802,25
6.2.1.1.1.03	COTA PARTE	0,00	0,00
6.2.1.1.1.04	RECEITA PATRIMONIAL	125.482,50	128.568,70
6.2.1.1.1.05	RECEITA DE SERVIÇOS	850.498,05	782.609,34
6.2.1.1.1.06	FINANCEIRAS	774.351,07	896.343,23
6.2.1.1.1.07	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.002.196,76	688.854,14
6.2.1.1.1.08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.562.542,54	2.101.981,57
6.2.1.1.1.09	RECEITA DE DEVOLUÇÃO	0,00	0,00
6.2.1.1.2	**RECEITA DE CAPITAL**	**0,00**	**0,00**
6.2.1.1.2.01	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00
6.2.1.1.2.02	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
6.2.1.1.2.03	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO	0,00	0,00
6.2.1.1.2.04	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00
6.2.1.1.2.05	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
5.2.1.2.2.06.01	**SUPERÁVIT FINANCEIRO**	**9.892.177,17**	**0,00**
TOTAL		**31.449.960,81**	**20.628.841,71**

Fonte: Unidade Financeira – Relatórios Contábeis

Situação em 31/12/2014

QUADRO 18 - FORMA DE PARTILHA DA RECEITA				
Código	**Nomenclatura**	**Receita Bruta Arrecadada**	**Cota Parte Repassada**	**Cota Parte a Repassar**
6.2.1.1.1	RECEITA CORRENTE	**25.916.172,26**	**5.261.885,11**	**30.738,66**
6.2.1.1.1.01	RECEITA TRIBUTÁRIA	9.978.944,82	3.166.817,26	
6.2.1.1.1.02	RECEITAS DE CONTRIBUICOES	10.876.237,94	1.631.435,69	
6.2.1.1.1.03	COTA PARTE	0,00	0,00	
6.2.1.1.1.04	RECEITA PATRIMONIAL	128.568,70	0,00	
6.2.1.1.1.05	RECEITA DE SERVICOS	920.716,87	138.107,35	
6.2.1.1.1.06	FINANCEIRAS	896.343,23	0,00	
6.2.1.1.1.07	TRANSFERENCIAS CORRENTES	688.854,14	0,00	
6.2.1.1.1.08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.426.506,56	325.524,99	
6.2.1.1.2	RECEITA DE CAPITAL	0,00		
6.2.1.1.2.01	OPERAÇÕES DE CREDITO	0,00		
6.2.1.1.2.02	ALIENACAO DE BENS	0,00		
6.2.1.1.2.03	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMO	0,00		
6.2.1.1.2.04	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00		
6.2.1.1.2.05	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
Cota Parte a Repassar - Confea			**3.269.119,14**	**27.715,67**
Cota Parte a Repassar - Mútua			**1.992.765,97**	**3.022,99**

Fonte: Unidade Financeira - Relatórios Contábeis

4.2. Desempenho da execução orçamentária e financeira

4.2.1. Comparação da despesa entre os três últimos exercícios

Situação em 31/12/2014

QUADRO 19 - COMPARATIVO DA DESPESA ENTRE OS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS							
Demonstrativo Sintético da Despesa							
Código	Nomenclatura	Exercício de 2012		Exercício de 2013		Exercício de 2014	
		Fixada	Executada	Fixada	Executada	Fixada	Executada
6.2.2.1.1.01	DESPESA CORRENTE	16.541.097,60	14.101.100,43	21.576.889,90	17.223.207,52	30.341.960,92	19.661.491,89
6.2.2.1.1.01.01	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.459.633,74	6.343.790,43	8.399.684,07	7.096.160,02	8.476.387,64	8.459.788,05
6.2.2.1.1.01.03	JUROSE E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.081.464,62	7.787.310,00	13.177.205,83	10.127.047,50	21.865.573,28	11.201.703,93
6.2.2.1.1.02	DESPESA DE CAPITAL	6.279.918,54	366.422,60	4.209.210,25	588.803,40	1.108.000,00	396.564,44
6.2.2.1.1.02.01	INVESTIMENTOS	6.279.918,54	366.422,60	4.209.210,25	588.803,40	1.108.000,00	396.564,44
6.2.2.1.1.02.02	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.03	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.03.02	OUTRAS AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.04	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		**22.821.016,52**	**14.497.523,03**	**25.786.100,15**	**17.812.010,92**	**31.449.969,92**	**20.058.056,42**

Fonte: Unidade Financeira - Relatórios Contábeis

4.2.2. Execução das despesas por natureza e elementos de despesa

O Quadro 20 – constante no Anexo VIII, do Capítulo 10 deste Relatório de Gestão – apresenta as despesas contratação e com pessoal

4.2.3. Execução das despesas com contratação e com pessoal

Situação em 31/12/2014

QUADRO 21 - DESPESAS COM CONTRATAÇÃO E COM PESSOAL				
Modalidade de Contratação	**Despesa Empenhada**		**Despesa Paga**	
	2013	**2014**	**2013**	**2014**
1. Modalidade de Licitação	**449.124,29**	**8.915.104,95**	**5.121.920,42**	**4.994.751,03**
1.1.Convite	23.117,15	460.108,59	737.126,96	373.929,66
1.2.Tomada de Preços	89.314,83	386.811,63	949.279,90	301.302,83
1.3.Concorrência	1.972,20	735.686,98	237.317,34	360.506,04
1.4.Pregão	205.572,27	7.298.721,47	1.909.426,22	3.925.521,02
1.5.Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.Consulta	129.147,84	33.776,28	1.288.770,00	33.492,28
2. Contratações Diretas	**58.592,51**	**1.506.227,51**	**762.491,11**	**861.619,01**
2.1. Dispensa	30.965,17	905.332,92	363.068,28	560.392,83
2.2. Inexigibilidade	27.627,34	600.894,59	399.422,83	301.226,18
3. Regime de Execução Especial	**0,00**	**12.000,00**	**13.771,70**	**11.093,19**
3.1. Suprimento de Fundos	0,00	12.000,00	13.771,70	11.093,19
4. Pagamento de Pessoal	**0,00**	**12.166.260,99**	**5.129.714,22**	**9.027.322,06**
4.1. Pagamento em Folha	0,00	11.790.699,23	4.858.973,80	8.651.760,30
4.2. Diárias	0,00	375.561,76	270.740,42	375.561,76
5. Outros	**72.014,57**	**5.103.006,60**	**6.204.381,70**	**3.843.344,01**
Total	**579.731,37**	**27.702.600,95**	**17.232.279,15**	**610.545,60**

Fonte: Unidade Financeira - Relatórios Contábeis

4.2.4. Demonstração e análise de indicadores de desempenho orçamentário e financeiro

Situação em 31/12/2014

QUADRO 22 - DEMONSTRAÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO					
DESEMPENHO FINANCEIRO					
Indicadores		**2012**	**2013**	**2014**	**Média da Variação (%)**
Despesa Pública	Gastos com Pessoal na Despesa	56,58%	58,54%	63,18%	59,43%
	Investimentos nas áreas meio	0,04%	0,38%	0,04%	0,15%
DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO					
Indicadores		**2012**	**2013**	**2014**	**Média da Variação (%)**
Balanço Orçamentário	Execução da Receita	0,69%	0,75%	0,66%	0,70%
	Execução da Despesa	0,63%	0,69%	0,64%	0,65%
	Resultado Orçamentário	1,09%	0,92%	1,03%	1,01%
Balanço Financeiro	Execução Financeira	1,00%	1,00%	1,15%	0,97%
Balanço Patrimonial	Situação Financeira	8,12%	11,46%	4,35%	7,98%
	Resultado Patrimonial	12,16%	25,02%	12,98%	16,72%
	Situação Permanente	.....	.....	.....	.....
Variações Patrimoniais	Resultado das Variações Patrimoniais	1,54%	10,45%	1,54%	4,51%

Fonte: Unidade Financeira - Relatórios Contábeis

4.2.5. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Situação em 31/12/2014

QUADRO 23 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante 01/01/2014**	**Pagamento**	**Cancelamento**	**Saldo a pagar 31/12/2014**
2014	46.237,46	44.308,36	872,00	1.599.926,79
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante 01/01/2014**	**Pagamento**	**Cancelamento**	**Saldo a pagar 31/12/2014**
2014	579.731,37	579.423,52	307,85	726.271,00
2013	920.162,74	837.155,91	83.006,83	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Unidade Financeira - Relatórios Contábeis

Obs.:Nos exercícios de 2012/2013 não tínhamos bem definidos Restos a Pagar Processados e Não processados. Só ficando bem definido em 2014

4.3. Informação sobre as transferências de recursos

4.3.1. Visão geral dos instrumentos de transferência de recursos celebrados

Situação em 31/12/2014

QUADRO 24 - VISÃO GERAL DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS CELEBRADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS									
Fonte de Recursos	**Quantidade de Instrumentos Celebrados**			**Quantidade de Entidades Beneficiadas**			**Recursos Conveniados**		
	2012	**2013**	**2014**	**2012**	**2013**	**2014**	**2012**	**2013**	**2014**
Resoluções nº 1.030/2011 e nº 1.031/2011 - Prodesu									
Resolução nº 1.032/2011, 1053/2014 Ato Normativo 58/2014 Crea-ES– apoio à fiscalização e ao aperfeiçoamento profissional	-	4	9	-	4	7	-	131.075,00	356.790,00
Decisões Plenárias – outras fontes de recurso									
Total									

Fonte: Unidade Financeira - Relatórios Contábeis

4.3.2. Demonstração das transferências de recursos realizadas no exercício de referência

Situação em 31/12/2014

QUADRO 25 - CARACTERIZAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA										
Nome do Beneficiário	Nº do processo	Nº do instrumento	Linha de investimento	Recursos Conveniados (R$)	Contrapartida (R$)	Recursos Repassados		Vigência		Sit.
						No Exercício (R$)	Acumulado até o Exercício (R$)	Início	Fim	
SENGE-ES	34.826/14	01	1053/14	144.791,00		119.032,13	-	16/05	31/12	3
Total Entidade				**144.791,00**		**119.032,13**				
SEEA	29.765/14	02	1053/14	35.000,00		28.140,72		16/05	31/12	4
	47.753/14	06	1053/14	5.000,00		5.000,00		28/07	30/07	3
	48.178/14	07	1053/14	5.000,00		5.000,00		28/07	30/07	3
Total Entidade				**45.000,00**		**38.140,72**				
IBAPE-ES	35.076/14	03	1053/14	29.099,00		29.098,96				
Total Entidade				**29.099,00**		**29.098,96**				
AEFES	35.074/14	04	1053/14	15.000,00		15.000,00		16/05	31/12	3
Total Entidade				**15.000,00**		**15.000,00**				
SEE	28.931/14	05	1053/14	43.300,00		42.320,48		16/05	31/12	4
Total Entidade				**43.300,00**		**42.320,48**				
SINTAES	50.826/14	08	1053/14	36.000,00		36.000,00		06/08	31/12	3
Total Entidade				**36.000,00**		**36.000,00**				
ATAES	50.829/14	09	1053/14	43.600,00		43.600,00		06/08	31/12	3
Total Entidade				**43.600,00**		**43.600,00**				
Total										

LEGENDA:

Situação da Transferência:

1 - Instrumento em execução - transferência concluída
2 - Instrumento em execução - transferência pendente
3 - Instrumento concluído - transferência concluída
4 - Instrumento concluído - transferência pendente
5 - Instrumento rescindido

Fonte: Unidade Financeira - Relatórios Contábeis

4.3.3. Demonstração da prestação de contas sobre transferências de recursos realizadas

Situação em 31/12/2014

QUADRO 26 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS			
Exercício da Prestação das Contas	**Situação da Prestação de Contas**	**Quantidade de Instrumentos**	**Recursos Repassados**
2014	Contas Prestadas		
	Contas NÃO Prestadas	9	**R$ 323.192,29**
2013	Contas Prestadas	4	**R$ 131.075,00**
	Contas NÃO Prestadas		
2012	Contas Prestadas	-	**-**
	Contas NÃO Prestadas		
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas		

Fonte: Unidade Financeira - Relatórios Contábeis

Situação em 31/12/2014

QUADRO 27 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS				
Exercício da Prestação de Contas	**Quantitativos e Recursos Repassados**			
2014	**Quantidade de Contas Prestadas**			
	Total de Recursos Repassados (R$)			
	Com Prazo de Análise NÃO Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	
			Quantidade Reprovada	
			Quantidade de TCE	
			Quantidade de cobrança administrativa/ação judicial	
			Recursos Repassados (R$)	
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	**9**
			Recursos Repassados (R$)	**R$ 323.192,29**
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	
			Quantidade Reprovada	
			Quantidade de TCE	
			Quantidade de cobrança administrativa/ação judicial	
			Recursos Repassados (R$)	
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	
			Recursos Repassados (R$)	
2013	**Quantidade de Contas Prestadas**			**4**
	Total de Recursos Repassados (R$)			**131.075,00**
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
		Quantidade Reprovada		
		Quantidade de TCE		
		Recursos Repassados (R$)		**131.075,00**
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
		Recursos Repassados (R$)		

Fonte: Unidade Financeira - Relatórios Contábeis

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

O conteúdo deste capítulo atende o disposto no Item 5 da Parte C do Anexo II da DN TCU nº 134, de 2013, e tem como objetivo expor as informações acerca da estrutura de pessoal do Crea. A seção foi organizada em dez subseções: "Demonstração da força de trabalho", "Situações que reduzem a força de trabalho da unidade jurisdicionada", "Custos de pessoal da unidade jurisdicionada", "Qualificação da força de trabalho de acordo com a idade", "Qualificação da força de trabalho de acordo com o nível de escolaridade", "Demonstração da composição do quadro de estagiários", "Processo de ingresso de empregados na unidade jurisdicionada". "Desoneração da folha de pagamento", "Demonstração da prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva" e "Demonstração da prestação de serviços com locação de mão de obra".

5.1. Demonstração da força de trabalho

O Quadro 28 – constante no Anexo IX, do Capítulo 10 deste Relatório de Gestão – apresenta as despesas com a força de trabalho da unidade jurisdicionada

5.2. Situações que reduzem a força de trabalho da unidade jurisdicionada

Situação em 31/12/2014

QUADRO 29 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO	
Tipologias dos afastamentos	**Quantidade**
1. Cedidos	**0**
2. Licença Remunerada	**0**
3. Licença Não Remunerada	**2**
4. Outras Situações	
4.1. Licença-Maternidade	1
4.2. Licença-Maternidade Complementar	
4.3. Auxílio-Doença	
Total	**3**

Fonte: Unidade Administrativa – Documentos do Setor de Pessoal

5.3. Custos de pessoal da unidade jurisdicionada

O Quadro 30 – constante no Anexo X, do Capítulo 10 deste Relatório de Gestão – apresenta as despesas com custos de pessoal nos três últimos exercícios.

Situação em 31/12/2014

QUADRO 30 – CUSTOS DE PESSOAL NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS									
Tipo de Vínculo do Empregado	**Remuneração Básica e Fixa**	**Gratificação de Função de Confiança e de Cargos Comissionados**	**Despesas Variáveis**				**Encargos e Impostos**	**Decisões Judiciais**	**Total por Tipo de Vínculo do Empregado**
			Verbas Indenizatórias	**Benefícios Assistenciais e Previdenciários**	**Diárias, Ajuda de Custo e Auxílio Deslocamento**	**Demais Despesas Variáveis**			
Empregados de Carreira									
Exercícios	2014								
	2013								
	2012								
Empregados Ocupantes de Cargos em Comissão									
Exercícios	2014								
	2013								
	2012								
Empregados com contratos temporários									
Exercícios	2014								
	2013								
	2012								
Empregados em gozo de Licença									
Exercícios	2014								
	2013								
	2012								
	2013								
Total por Tipo de Despesa									
Exercícios	**2014**								
	2013								
	2012								

Fonte: Documento, ano, página(s)

5.4. Qualificação da força de trabalho de acordo com a idade

Situação em 31/12/2014

QUADRO 31 – FORÇA DE TRABALHO POR FAIXA ETÁRIA						
Natureza do Vínculo do Empregado	**Quantidade de Empregados por Faixa Etária**					**Total por Natureza do Vínculo do Empregado**
	Até 30 anos	**De 31 a 40 anos**	**De 41 a 50 anos**	**De 51 a 60 anos**	**Acima de 60 anos**	
1. Empregados ocupantes de cargos de carreira						
1.1. Administrador					01	01
1.2. Analista de Sistemas		02				02
1.3.Contador					01	01
1.4.Consultor Técnico			02	02	02	06
1.5.Fiscal		02	09	05		16
1.6.Jornalista			01			01
1.7. Procurador				01		01
1.8.Tec.Serv.Operacionais		05	16	17	02	40
1.4. Não regidos pelo PCCS vigente			02	04		06
2. Empregados ocupantes de cargos em comissão	04	01	04	03	02	14
3. Empregados com contrato temporário						
4. Empregados requisitados de outros órgãos						
Total por Faixa Etária	**04**	**10**	**34**	**32**	**8**	**88**

Fonte: Unidade Administrativa – Documentos do Setor de Pessoal

5.5. Qualificação da força de trabalho de acordo com o nível de escolaridade

Situação em 31/12/2014

QUADRO 32 – FORÇA DE TRABALHO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE									
Natureza do Vínculo do Empregado	**Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade**								**Total por Natureza do Vínculo do Empregado**
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	
1. Empregados em cargos de carreira									
1.1. Administrador					01				01
1.2. Analista de Sistemas						02			02
1.3.Contador					01				01
1.4.Consultor Técnico					01	05			06
1.5.Fiscal				03	13				16
1.6.Jornalista						01			01
1.7. Procurador						01			01
1.8.Tec.Serv.Operacionais				22	11	07			40
1.9. Não regidos pelo PCCS vigente			01	01	02	02			06
2. Empregados ocupantes de cargos em comissão					12	02			14
3. Empregados com contrato temporário									
4. Empregados requisitados de outros órgãos									
Total por Nível de Escolaridade			01	26	41	20			88

LEGENDA:
Nível de Escolaridade: 1 – Analfabeto; 2 – Alfabetizado; 3 – Nível Fundamental; 4 – Nível Médio; 5 – Nível Superior; 6 – Especialização; 7 – Mestrado; 8 – Doutorado

Fonte: Unidade Administrativa – Documentos do Setor de Pessoal

5.6. Demonstração da composição do quadro de estagiários

Situação em 31/12/2014

QUADRO 33 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS		
Nível de Escolaridade / Tipo de Atividade Exercida	**Quantidade de Contratos de Estágio Vigentes**	**Despesa no Exercício (R$)**
1. Nível Superior		
1.1. Área Fim		
1.2. Área Meio	14	13.900,80
2. Nível Médio		
2.1. Área Fim		
2.2. Área Meio	29	15.835,60
Total	**43**	**29.736,40**

Fonte: Unidade Administrativa – Documentos do Setor de Pessoal

5.7. Processo de ingresso de empregados na unidade jurisdicionada

Situação em 31/12/2014

QUADRO 34 – EMPREGADOS CONTRATADOS E DEMITIDOS NO EXERCÍCIO		
Natureza do vínculo do empregado	**Contratados no Exercício**	**Demitidos no Exercício**
1. Empregados ocupantes de cargos de carreira		
1.1. Cargo 1		
1.2. Cargo 2		
1.3. Cargo n		
1.4. Não regidos pelo PCCS vigente		
2. Empregados ocupantes de cargos em comissão	03	01
3. Empregados com contrato temporário		
4. Empregados requisitados de outros órgãos		
Total	**03**	**01**

Fonte: Unidade Administrativa – Documentos do Setor de Pessoal

5.8. Desoneração da folha de pagamento

5.9. Demonstração da prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Situação em 31/12/2014

QUADRO 35 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA													
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Nº do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2013	L	O	021/2013	04.741.904/0001-19	04/09/2013		10	10					A
2013	V	O	026/2013	16.697.776/0001-42	07/10/2013				2	2			A

LEGENDA:
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Unidade Administrativa – Documentos do Setor de Pessoal

5.10. Demonstração da prestação de serviços com locação de mão de obra

Situação em 31/12/2014

QUADRO 36 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA													
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Nº do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2014	2	O	033/2014	00.669.789/ 0001-78	04/12/2014				2	2			A
2013	8	O	021/2013	04.741.904/ 0001-29	04/09/2013		1	1					A
2013	11	O	002/2013	04.783.060/ 0001-89	14/01/2013						18	18	A
2013	3	O	002/2013	04.783.060/ 0001-89	14/01/2013						06	06	A
2013	12	O	002/2013	04.783.060/ 0001-89	14/01/2013						04	04	A

LEGENDA:

Área:
1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis;
9. Manutenção de bens imóveis;
10. Brigadistas;
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
12. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Unidade Administrativa – Documentos do Setor de Pessoal

6. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

O conteúdo deste capítulo atende o disposto no Item 6 da Parte C do Anexo II da DN TCU nº 134, de 2013, e visa explanar os encaminhamentos dados às recomendações do TCU ao Crea, bem como às ocorrências de dano ao erário. A seção foi organizada em duas subseções: “Recomendações do TCU” e “Apuração de responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário”. Faz-se importante relatar que não se tratará neste capítulo das informações relativas às recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a entidade se vincula, como requerido no subitem 6.2 da citada DN TCU. Tal subitem não se aplica aos entes do Sistema Confea/Crea, visto que eles não estão vinculados diretamente à CGU.

6.1. Recomendações do TCU

Não se aplica

6.1.1. Demonstração das deliberações do TCU atendidas no exercício

Não se aplica

6.1.2. Demonstração das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Não se aplica

6.2. Apuração de responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário

Não se aplica

7. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

O conteúdo deste capítulo atende o disposto no Item 7 da Parte C do Anexo II da DN TCU nº 134, de 2013, e pretende expor as informações contábeis relativas à gestão do Crea-ES no exercício de 2014. A seção foi organizada em três subseções: "Adequação às normas contábeis aplicadas ao setor público", "Demonstrações contábeis" e "Relatório da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis".

7.1. Adequação às normas contábeis aplicadas ao setor público

A partir de 01/01/2013, a Contabilidade do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Espírito Santo – CREA-ES foi elaborada de acordo com as normas do CFC e da STN, no processo de convergência da contabilidade pública ás normas internacionais de Contabilidade. Atendendo a Resolução 1.036/11 foi elaborada correção /depreciação dos bens patrimoniais.

Em 2014 permanecemos em uma posição estática, com relação à situação Patrimonial, estamos em faze de implantação da elaboração para atender as normas do CFC e da STN de forma automática informatizada. No decorrer do exercício, o CREA-ES adquiriu Bens Móveis no valor de R$ 396.504,50 (trezentos e noventa e seis mil quinhentos e quatro reais e cinqüenta centavos), conforme evidenciado no Ativo não Circulante.

7.2. Demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei n. 4.320/64, que institui Normas Gerais de direito Financeiro para elaboração e controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Em consonância com o que estabelece as Decisões Normativas do TCU 134/2013 e 140/2014, tais como apresentação de relatórios de Gestão e peças que compõem o processo de contas. Detalhando Planejamento, Organização, Direção, Coordenação e Controle na Administração Pública.

7.3. Relatório da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis

A auditoria anual nas contas tem por objetivo fomentar a boa governança pública, aumentar a transparência, provocar melhorias na prestação de contas dos órgãos e entidades federais, induzirem a gestão pública para resultados e fornecer razoável asseguração sobre: legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão. Confiabilidade e efetividade dos controles internos relacionados à consecução institucionais e à elaboração das demonstrações contábeis e de relatórios financeiros. Desempenho da gestão, adotando-se padrões internacionais na condução da auditoria das contas, de forma a garantir a credibilidade e aumentar a segurança dos resultados.

As auditorias de gestão sobre as unidades jurisdicionadas não contempladas na DN, os órgãos podem à seu critério realizar estas auditorias nas UJ"s não relacionadas na DN anual e decidir de acordo com o **inciso III do art. 16 da Lei nº 8.443, de 1992**. Firmar entendimento **(Acórdão 161/2015-Plenário)**, no caso dos conselhos de fiscalização cumpre a **Secretária Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União** elabora relatório e certificado de auditoria, com parecer do dirigente do órgão de controle interno, que consignará qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada, indicando medidas adotadas para corrigir as faltas encontradas **(inc. III art. 9º, Lei 8.443/1992)**. Ainda de acordo com o **acórdão 161/2015** cabe compete ao **colegiado de cada conselho Federal de fiscalização profissional elabora pronunciamento previsto no inciso IV do art. 9º da Lei 8.443/1992**, sobre as contas e o parecer do controle interno.

8. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O conteúdo deste capítulo atende o disposto no Item 8 da Parte C do Anexo II da DN TCU nº 134, de 2013, e pretende identificar a existência e o funcionamento dos canais de comunicação do cidadão com o Crea para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, bem como de mecanismos ou procedimentos que permitam verificar a percepção da sociedade sobre os serviços prestados pela unidade e as medidas para garantir a acessibilidade no âmbito da entidade. A seção foi organizada em duas subseções: "Canais de comunicação do cidadão com o Confea" e "Cumprimento das normas relativas à acessibilidade".

8.1. Canais de comunicação com o cidadão

a) O site do Crea-ES já possui o link do acesso à informação e estamos já buscando a inclusão do sistema E-SIC do Governo Federal desenvolvido pela CGU para facilitar tanto o manuseio dos relatórios quanto a fiscalização pelos órgãos de controle. Enquanto não concluímos essa migração estamos utilizando o FaleConosco para cumprir com os prazos colocados na lei de acesso à informação para 20 dias prorrogáveis por mais 10 sendo o total de 30 e o resultado tem sido positivo, uma vez que mais de 90% ficou respondido nesse prazo, uma meta interna. Ver relatório da Ouvidoria em: (INCLUIR NOME DO ANEXO)

b) A carta de serviço já é um serviço apresentado a muitos anos no Crea-ES que sofre atualizações e que foi migrada para a parte de acesso à informação do site e pode ser visualizada em: http://www.creaes.org.br/creaes/Portals/0/Documentos/carta_de_servi%C3%A7os_2012.pdf

8.2. Cumprimento das normas relativas à acessibilidade

Foi constituída a calçada cidadã e rampas em atendimento a Legislação, bem como a instalação de elevadores e atendimento prioritário para idosos, gestantes e deficientes.

9. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

10. ANEXOS

ANEXO I

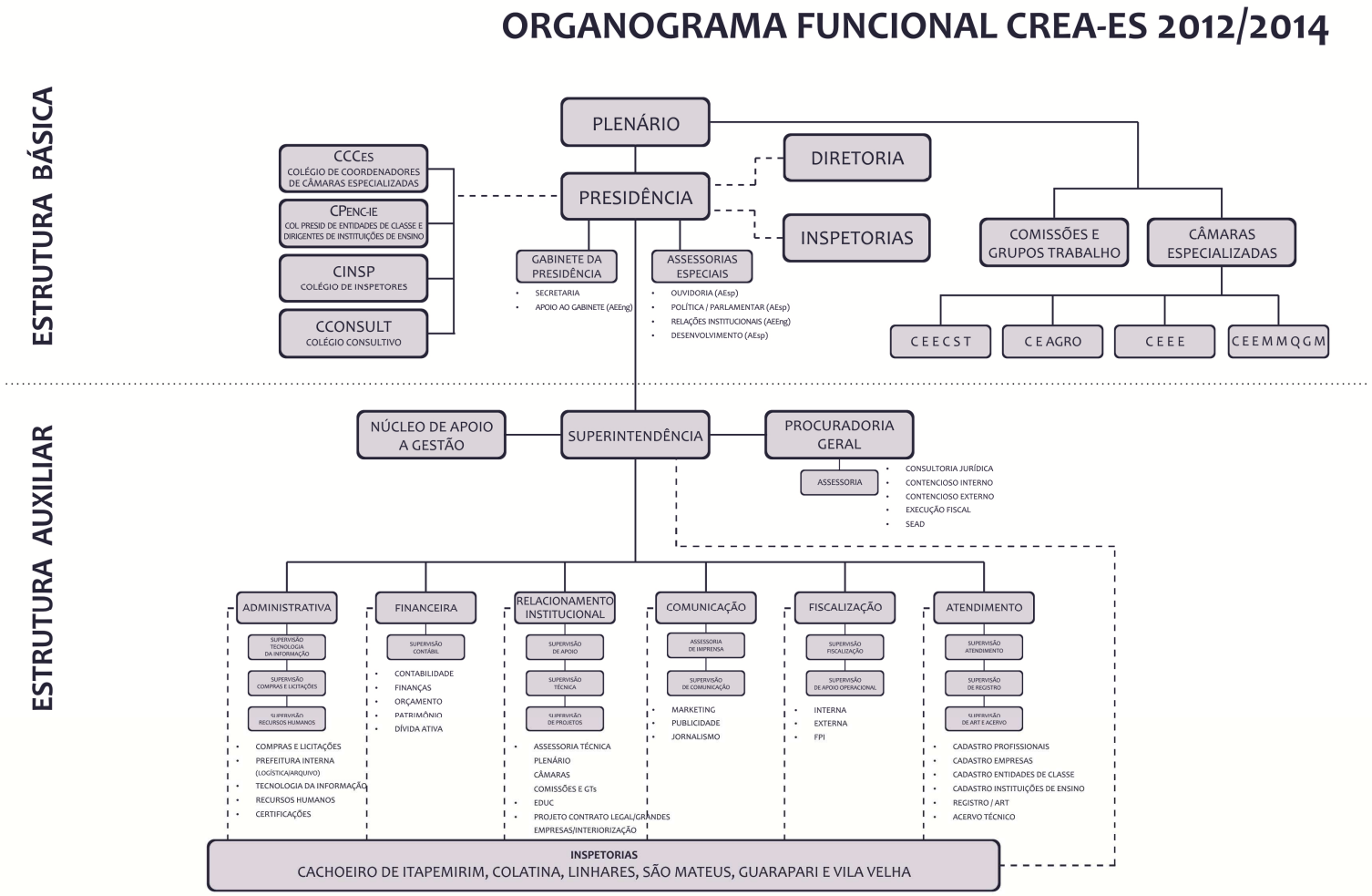


Figura 1 - Organograma do Crea-ES.
Fonte: Sessão Plenária 953ª de 10 de janeiro de 2012
Ato Normativo nº 49 e 50 de 11 de setembro de 2012

ANEXO II

Situação em 31/12/2014

QUADRO 3 - AÇÕES ADOTADAS PARA ATINGIR OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS		
Objetivo	**Projeto (se houver)**	**Ações**
Manter e implementar ações do SGQ	Cumprir o que é estabelecido na Política da Qualidade	80% de atendimento às necessidades do usuário
		190 Atos Fiscalizatórios por Fiscal.
Fortalecer Canal Aberto para a Sociedade: Ouvidoria e Fale Conosco	Gerenciar as ações da Ouvidoria e Fale Conosco	90% de resolutividade dentro dos prazos estabelecidos
Estruturar o Crea-ES e Valorização do Corpo Funcional	Elaborar e Implantar novo sistema de ART	Implantar Filtro de atribuições dos Profissionais
	Realizar concurso público	Ampliar e renovar o quadro funcional em 20%
	Viabilizar a construção da nova sede	Concluir o projeto básico de engenharia consultiva para licitação dos projetos arquitetônico e complementares da nova sede
	Elaborar e implantar uma campanha de conscientização/orientação de profissionais/empresas para executar obras/serviços regulares com o Crea-ES	Reduzir para 25% o percentual de obras/serviços irregulares
	Modernização e Ampliação das Ações de Melhorias Financeiras	Ampliar adimplência de 70% para, no mínimo, 80% a.a., relativa à anuidade pessoa física e pessoa jurídica; Ampliar recuperação de crédito da dívida ativa em 20% a.a
Fortalecer o relacionamento institucional com as Instituições de Ensino	Criar equipe específica para atendimento às Instituições de Ensino	Formalizar 100% dos processos dos cursos da área tecnológica protocolados no Crea-ES, atendidos os critérios estabelecidos nas Resoluções do Confea.

Fonte: Relatório do Escritório da Qualidade

ANEXO III

Situação em 31/12/2014

QUADRO 4 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO			
Descrição da Meta	**Meta prevista**	**Meta realizada**	**% de realização da meta**
Manter e implementar ações do SGQ.	80% de atendimento às necessidades do usuário.	A pesquisa de satisfação foi realizada fevereiro de 2015 e, a meta estabelecida que foi de 80% foi alcançada com sucesso, sendo o indicação de satisfação foi de 89,99%. Segue abaixo a apuração de alguns trechos mais importantes da pesquisa: **"4.1- Meu grau de satisfação com o CREA em relação à prestação de serviços:** Satisfeito/Muito Satisfeito – 86,04% Insatisfeito – 13,96%" **"4.2- Minha avaliação sobre a prestação de serviços do CREA quanto aos seguintes itens:** **4.2.1- Atendimento Presencial** Bom/ótimo – 90,26% Ruim – 9,74% **4.2.2- Atendimento Telefônico** Bom/ótimo – 84,98% Ruim – 15,02% **4.2.3- Prazos de Serviços** Bom/ótimo – 85,30% Ruim – 14,70% **4.2.4- Ambiente e Instalações** Bom/ótimo – 96,62%	

Ruim – 3,38%

4.2.5- Acesso aos Locais de Atendimento

Bom/ótimo – 93,58%

Ruim – 6,42%

4.2.6- Fiscalização do Exercício Profissional

Bom/ótimo – 70,05%

Ruim – 29,95%”

“4.3- Comparado a 2012 e 2013, a qualidade dos serviços oferecidos pelo CREA em 2014 foi:

Igual/Melhor – 94,89%

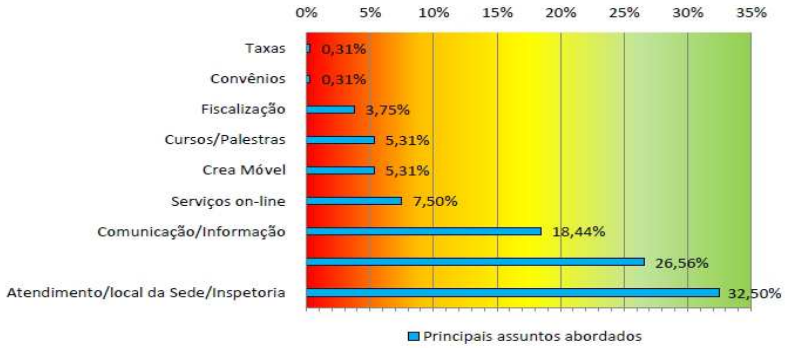
Pior – 5,11%”

“5.1- Como avalio o desempenho da atual gestão do CREA-ES

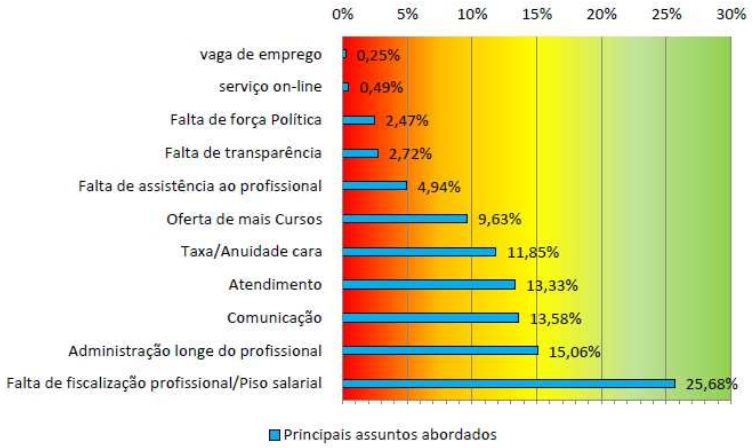
Bom – 89,99%

Ruim – 10,01%”

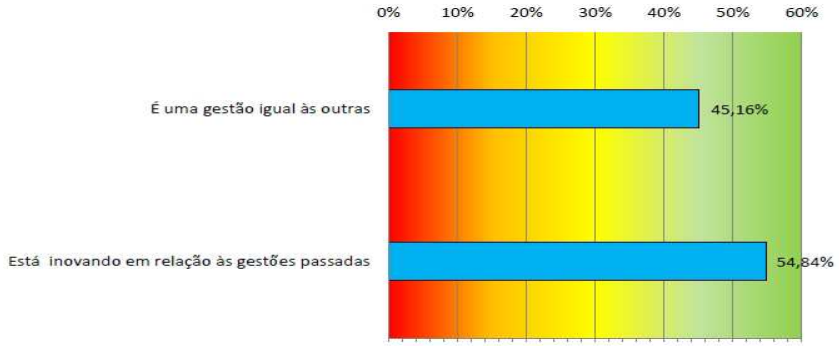
“5.2- Na minha opinião, o principal ponto positivo da atual Gestão do CREA:”



“5.3- Ainda na minha opinião, o principal ponto negativo é:”



“5.4- Particularmente em relação a atual Gestão, posso dizer que: “


0%
10%
20%
30%
40%
50%
60%
É uma gestão igual às outras
45,16%
Está inovando em relação às gestões passadas
54,84%

Manter e implementar ações do SGQ.	190 Atos Fiscalizatórios por Fiscal.	Tivemos problemas com este indicador nos três primeiros meses consecutivos: março, abriL, maio. As razões foram de fato ações específicas que prejudicaram o desempenho dos fiscais (grande número de feriados, ações fiscais do tipo mutirão para resolver problemas localizados, demandas extra ação fiscal), que precisam ser executadas; e, também, a gerência reconhece que demorou um pouco a implementar a Ação Corretiva, que, cuja, mensagem prevista no plano de ação somente foi enviada em 10 de julho. No último quadrimestre, o resultado do indicador foi de 209,85 Atos Fiscalizatórios por Fiscal, ficando acima da meta estabelecida. Portanto, Entendemos que devemos registrar o empenho e o compromisso de toda a equipe para a construção deste belo resultado, mesmo com um número muito alto de demandas extra fiscal ocorridas no ano de 2014.	
Fortalecer Canal Aberto para a Sociedade: Ouvidoria e Fale Conosco.	90% de resolutividade dentro dos prazos estabelecidos.	As metas estabelecidas foram cumpridas satisfatoriamente.	
Estruturar o Crea-ES e Valorização do Corpo Funcional	Implantar Filtro de atribuições dos Profissionais.	As reuniões com o grupo técnico formado pelas equipes de ART, TI e Consultoria Técnica, ocorreram durante todo ano de 2014, com o objetivo de classificar por título profissional todos os serviços técnicos da ART. Todo o trabalho foi convertido em banco de dados, o qual será utilizado para realizar as restrições já a partir do novo sistema online de cadastro da ART, previsto para início de 2015.	

Estruturar o Crea-ES e Valorização do Corpo Funcional	Ampliar e renovar o quadro funcional em 20%.	Todas as etapas do processo para realização do concurso público foram concluídas dentro do prazo previsto. A empresa contratada foi a Fundação Professor Carlos Augusto Bittencourt - FUCAB. O edital foi amplamente divulgado em setembro, com as provas previstas para o dia 12/10/2014. Considerando a Antecipação de Tutela concedida nos autos da Ação Civil Pública nº 0005297-37.2014.4.02.5001 (2014.50.01.005297-0) pelo Juiz da 3ª (Terceira) Vara Federal Cível de Vitória – Seção Judiciária do Espírito Santo, que determinou a retificação do item 1.9 do Edital do Concurso Público nº 001/2014 do Crea-ES, para adoção do regime jurídico único instituído pela Lei 8112/90, tendo em vista que a matéria ainda está em discussão no âmbito do Poder Judiciário, e que o Agravo de instrumento interposto pelo Crea-ES para reformar a tutela antecipada concedida, até a presente data, não foi julgado pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Em razão do exposto, o concurso público foi suspenso até superior deliberação. Todas as etapas do processo para realização do concurso público foram concluídas dentro do prazo previsto. A empresa contratada foi a Fundação Professor Carlos Augusto Bittencourt -FUCAB. (continua)	
Estruturar o Crea-ES e Valorização do Corpo Funcional	Concluir o projeto básico de engenharia consultiva para licitação dos projetos arquitetônico e complementares da nova sede.	Projeto básico já concluído e encaminhado à área de compras para licitação.	
Estruturar o Crea-ES e Valorização do Corpo Funcional	Reduzir para 25% o percentual de obras/serviços irregulares.	A meta tem sido cumprida satisfatoriamente.	
Estruturar o Crea-ES e Valorização do Corpo Funcional	- Ampliar adimplência de 70% para, no mínimo, 80% a.a., relativa à anuidade pessoa física e pessoa jurídica; Ampliar recuperação de crédito da dívida ativa em 20% a.a.;	Não foi alcançada a meta proposta. Para profissionais de nível médio, o indicador anual ficou em 60,45%, para nível superior, o indicador foi em 70,23%. Para empresas, o indicador anual ficou em 63,25%. Novas ações deverão ser tomadas pela gestão para que esses índices possam ser melhorados em 2015.	
Fortalecer o relacionamento institucional com as Instituições de Ensino.	Formalizar 100% dos processos dos cursos da área tecnológica protocolados no Crea-ES,	**Equipe de Instituição de Ensino** A Unidade de Atendimento criou a equipe, responsável pelo recebimento das solicitações de registro de curso, protocolização, formalização e montagem	

	atendidos os critérios estabelecidos nas Resoluções do Confea.	dos processos. Todas as solicitações de inclusão de cursos recebidas no exercício de 2014 foram devidamente protocoladas, documentadas em processos físicos pela Equipe de Pessoa Física, da Unidade de Atendimento, e encaminhadas para a Comissão de Ensino e Atribuições Profissionais (CEAP), da Unidade de Relacionamento Institucional. **Unidade de Relacionamento Institucional** Em ação conjunta com a referida equipe, o Consultor Técnico e o apoio da CEAP, da Unidade de Relacionamento Institucional procederam a verificação de todos os processos, tramitando, recebendo e apensando todos os protocolos referentes à Instituições de Ensino e Cursos que encontravam-se pendentes. Foi atualizada a listagem de Cursos e Instituições de Ensino que encontram-se na CEAP e disponibilizada em rede, no Apoio, para acesso, consulta e atualização de todos os componentes da Unidade. 1 – A CEAP finalizou os trabalhos de 2014 com processos de registro de Profissionais e de Cursos, como segue: - 44 processos de registro Profissional e revisão de atribuições profissionais pendentes em relação à análise e emissão de Pareceres Técnicos;	

Fonte: Relatórios do Escritório da Qualidade

a) Canal aberto para a sociedade

O Fale Conosco ganhou agilidade. O atraso de respostas atinge hoje percentual insignificante (95% são atendidos em até 5 dias).

Implantado o Fale com a Ouvidoria. Troca de mensagens diretas de denúncia, dúvida, elogio, reclamação, solicitação de serviço ou sugestão. Acompanhamento diário dos encaminhamentos pelo Ouvidor.

O Sead está divulgado no site do Conselho, onde também estão formulários orientativos e telefone de contato. Tem seu processo mapeado e métrica de atendimento no prazo definida. Cinco dias úteis por etapa do processo.

b) Sustentabilidade em segmentos relevantes da área tecnológica

Implantados os GT's de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Economia Verde, composto por membros Conselheiros do Crea-ES;

Participação na realização do III Seminário Sustentabilidade da Cafeicultura Conilon em São Mateus CEUNES/UFES;

Apresentação e discussão do Tema: Sustentabilidade em Empreendimentos Imobiliários.

c) Engenharia pública e social

Criado o GT Engenharia e Agronomia Pública e Social;

Assinado um Termo de Cooperação com a Prefeitura de Santa Maria de Jetibá e outros parceiros, na área da Agronomia – Projeto Piloto.

O foco é a assistência técnica em pequenas propriedades rurais do município.

Instituições parceiras: Escola Família Agrícola do distrito de São João de Garrafão; Incaper; Idaf; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar; Associação dos Engenheiros Florestais do Espírito Santo (Aefes); Sociedade Espiritossantensede Engenheiros Agrônomos (SEEA); e Cooperativa Agropecuária Centro Serrana (Coopeavi)

d) Debate temático mensal

Criado Grupos de Trabalho de Infra-Estrutura, de Ciência, Tecnologia e Inovação, que têm promovido debates temáticos;

Palestra do Secretário Estadual de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho (SECTTI) no auditório do Crea-ES.

Palestra do CEO da empresa Barcelona Regional, da Espanha, o engenheiro e arquiteto Willy Muller sobre "Intermodalidade de Transportes Coletivos Urbanos".

A Revista Tópicos tem publicado matérias de capa com temas relevantes para os profissionais e a sociedade.

Implantação de um novo plano de comunicação e publicidade institucional

Utilização de novos veículos de comunicação, como o Boletim Informativo, o facebook e o twitter;

o novo portal de internet;

Elaborado estudo pela Unidade de Comunicação com as diretrizes necessárias para a produção do Plano de Comunicação – finalizado em maio/2014.

e) Qualidade total no atendimento

Novo prédio para as Unidades de Atendimento e Fiscalização;

Criadas inspetorias em São Mateus, Guarapari, Vila Velha e Aracruz;

Implantado sistema de atendimento com estatística do processo na Sede e Inspetorias;

Adequação da infraestrutura da Sede;

Implantada remuneração variável por produtividade no atendimento da Sede;

Implantados mecanismos de avaliação do atendimento da Sede e Inspetorias;

Revisados procedimentos operacionais para otimização do atendimento na Sede e Inspetorias;

Estabelecida comunicação permanente da Sede e Inspetorias;

Tempo de espera para atendimento é de 14 minutos. O grau de satisfação do usuário com a resolutividade é avaliado como muito bom.

f) Modernização e ampliação das ações de fiscalização

A Fiscalização vem trabalhando de acordo com o Plano Estratégico do Crea-ES, os Princípios e Diretrizes Nacionais de Fiscalização do Confea e as Prioridades definidas pelas Câmaras especializadas;

Reduzido o período de viagens dos Fiscais do interior de três para duas semanas e aumentado o tempo para fiscalização das cidades sedes de Inspetoria de uma para duas semanas

g) Estruturação de ações integradas com as instituições de ensino, entidades de classe e Crea-jr

Implantado o Crea Jr, que está em pleno funcionamento nas novas instalações criadas para abrigá-lo;

Realizados diversos convênios com as instituições de ensino e parcerias com as entidades de classe para realização de eventos e treinamentos de interesse dos profissionais do Sistema Confea/Crea;

h) Conclusão da primeira Avaliação de Desempenho dos profissionais do Crea-ES, com base no novo plano de cargos e salários

O projeto do Plano de Cargos e Salários foi elaborado e implantado no Conselho, em 2013com adesão de 100%, sendo concluída a avaliação de desempenho e a primeira progressão realizada em 2014.

i) Consolidação do primeiro plano anual de capacitação de pessoal

A política de treinamento de funcionários foi revista e os critérios foram redefinidos visando maximizar com austeridade o número de pessoas treinadas e a eficácia dos treinamentos.

Atualizado os valores de apoio financeiro à graduação e pós-graduação.

Foi consolidado e operacionalizado o primeiro plano integrado de capacitação, em 2014.

j) Realização de concurso público para ampliação do quadro de pessoal

Contratação de empresa para realização do concurso e publicação do edital, que se encontra suspenso pelo judiciário em vista de demanda Sindical, para inclusão do regime estatutário.

k) Estabelecimento de parcerias para melhorar a eficácia na fiscalização

Feita articulação Institucional com a Auditoria Geral do ES, visando orientar os profissionais dos quadros técnicos das Secretarias e demais órgãos estaduais quanto à ART, acervo técnico e regularização de obras públicas, bem como os procedimentos para a contratação de empresas legalmente registradas no Crea-ES.

O percentual de obras/atividades irregulares está em 24% e continua diminuindo a cada ano.

ANEXO IV

Situação em 31/12/2014

QUADRO 12 - INDICADORES DE GESTÃO				
Indicador/ Critério	**2014**		**2013**	
	Meta prevista	**Meta realizada**	**Meta prevista**	**Meta realizada**
Unidade Administrativa - Compras e Licitações				
Orçamento p/compra direta prazo 10 dias corridos	>90	98,95	>90	100
Elaboração edital e entrega p/parecer jur. 30 d corridos	>90	88,88	>90	91,667273
Efetividade na elaboração do edital de licitação	<10	0	<10	0,0839167
Unidade Administrativa - Recursos Humanos				
Quantidade de Treinamentos Realizados	>90	83,3	>90	59,167083
Valor investido em treinamento por funcionário	<2400	1326,13	<2400	1254,0993
Capacitação de Colaboradores	>75	87,55	>75	70,417083
Unidade Administrativa - Tecnologia Informação				
Tempo de disponibilidade do servidor	>98	99,7	>98	98,118333
Atendimento aos chamados dentro do prazo-HelpDesk	.>80	51	.>80	49,976667
Atendimento aos chamados dentro do prazo-Prest.Serv	>80	88,6	>80	74,786667
Unidade Administrativa - Prefeitura				
Atendimento aos chamados dentro do prazo-HelpDesk	68,2		-	-
Unidade Administrativa - Equipe de Cobrança				
Inadimplência de Profissionais- Nível Médio	>2100	2850,3	-	-
-Nível Superior	>2100	1886	-	-
Inadimplência de Empresas	<1000	1670,1	-	-
Unidade Atendimento				
Atendimento no prazo 20 minutos	>70	100	>70	100
Registro Pessoa Jurídica no prazo 10 dias corridos	.>55	60	.>55	60,125

Visto Pessoa Física no prazo 7 dias corridos	>60	24	>60	20,375
Registro Pessoa Física no prazo 10 dias corridos	>70	67,5	>98	76,75
Registro Atestado Técnico no prazo 15 dias corridos	>60	69	>60	47,25
Unidade Comunicação				
Imagem perante os profissionais	>80	73,9	>65	90
Releases divulgados na imprensa	>65	91,38	>65	75,430833
Unidade Financeira				
Efetividade de cobrança da dívida ativa	>25	47	>25	50,86
Unidade Fiscalização				
Total de atos fiscalizatórios	>190	214,5	>180	207,92667
Atos fiscalizatórios por fiscal(visitas+notificações)	>80	77,6	>80	83,910833
Obras/serviços irregulares no Estado	>25	22,9	>25	24,510833
Notificações arquivadas por vício	<5	2,5	<6	3,5025
Unidade Procuradoria Geral				
Etapas no prazo 5 dias úteis para cada etapa	>90	98,4	>90	99,166667
Parecer jurídico no prazo 15 dias corridos	>90	94,6	>90	89,166667
Unidade Relacionamento Institucional				
Parecer técnico PF/PJ no prazo até 10 d corridos	>80	100	>80	100
Parecer técnico NAI no prazo 90 dias corridos	>80	100	>80	100
Ouvidoria				
Demandas de reclamações, sugestões, denúncias e de elogios tratadas nos respectivo prazo de até 30 dias.	>90	94,3	-	-

Fonte: Relatório Escritório da Qualidade

ANEXO IV

Situação em 31/12/2014

QUADRO 12 - INDICADORES DE GESTÃO				
Indicador/ Critério	**2014**		**2013**	
	Meta prevista	**Meta realizada**	**Meta prevista**	**Meta realizada**
Unidade Administrativa - Compras e Licitações				
Orçamento p/compra direta prazo 10 dias corridos	>90	98,95	>90	100
Elaboração edital e entrega p/parecer jur. 30 d corridos	>90	88,88	>90	91,667273
Efetividade na elaboração do edital de licitação	<10	0	<10	0,0839167
Unidade Administrativa - Recursos Humanos				
Quantidade de Treinamentos Realizados	>90	83,3	>90	59,167083
Valor investido em treinamento por funcionário	<2400	1326,13	<2400	1254,0993
Capacitação de Colaboradores	>75	87,55	>75	70,417083
Unidade Administrativa - Tecnologia Informação				
Tempo de disponibilidade do servidor	>98	99,7	>98	98,118333
Atendimento aos chamados dentro do prazo-HelpDesk	.>80	51	.>80	49,976667
Atendimento aos chamados dentro do prazo-Prest.Serv	>80	88,6	>80	74,786667
Unidade Administrativa - Prefeitura				
Atendimento aos chamados dentro do prazo-HelpDesk	68,2		-	-
Unidade Administrativa - Equipe de Cobrança				
Inadimplência de Profissionais- Nível Médio	>2100	2850,3	-	-
-Nível Superior	>2100	1886	-	-
Inadimplência de Empresas	<1000	1670,1	-	-
Unidade Atendimento				
Atendimento no prazo 20 minutos	>70	100	>70	100

Registro Pessoa Jurídica no prazo 10 dias corridos	.>55	60	.>55	60,125
Visto Pessoa Física no prazo 7 dias corridos	>60	24	>60	20,375
Registro Pessoa Física no prazo 10 dias corridos	>70	67,5	>98	76,75
Registro Atestado Técnico no prazo 15 dias corridos	>60	69	>60	47,25
Unidade Comunicação				
Imagem perante os profissionais	>80	73,9	>65	90
Releases *divulgados na imprensa*	>65	91,38	>65	75,430833
Unidade Financeira				
Efetividade de cobrança da dívida ativa	>25	47	>25	50,86
Unidade Fiscalização				
Total de atos fiscalizatórios	>190	214,5	>180	207,92667
Atos fiscalizatórios por fiscal(visitas+notificações)	>80	77,6	>80	83,910833
Obras/serviços irregulares no Estado	>25	22,9	>25	24,510833
Notificações arquivadas por vício	<5	2,5	<6	3,5025
Unidade Procuradoria Geral				
Etapas no prazo 5 dias úteis para cada etapa	>90	98,4	>90	99,166667
Parecer jurídico no prazo 15 dias corridos	>90	94,6	>90	89,166667
Unidade Relacionamento Institucional				
Parecer técnico PF/PJ no prazo até 10 d corridos	>80	100	>80	100
Parecer técnico NAI no prazo 90 dias corridos	>80	100	>80	100
Ouvidoria				
Demandas de reclamações, sugestões, denúncias e de elogios tratadas nos respectivo prazo de até 30 dias.	>90	94,3	-	-

Fonte: Relatório Escritório da Qualidade

ANEXO V

Situação em 04/2015

QUADRO 14 - COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO				
Conselheiro(a)	**Título**	**Mandato**	**Representação**	**Titular/Suplente**
ADRIANA MARTINS DI SPIRITO ROCHA	ENG. DE MINAS	01/01/2014 – 31/12/2016	SENGE	TITULAR
ANTÔNIO FERNANDO DE CASTRO PIRES FERREIRA	ENG. DE MINAS	01/01/2014 –31/12/2016	SENGE	SUPLENTE
ALEXANDRE JOSÉ SERAFIM	ENG. CIVIL	01/01/2012 – 31/12/ 2014	UNIVIX	TITULAR
ANDRÉ STRAUCH	ENG. CIVIL	01/01/2012 – 31/12/ 2014	UNIVIX	SUPLENTE
ÁLVARO JOÃO BRIDI	ENG. AGRÔNOMO E SEGURANÇA DO TRABALHO	01/01/2013 – 31/12/ 2015	SEEA	TITULAR
JORGE LUIZ E SILVA	ENG. AGRÔNOMO	01/01/2013 – 31/12/ 2015	SEEA	SUPLENTE
ANA CRISTINA DE ESTRADA VALLE	ENG. CIVIL	01/01/2014 – 31/12/2016	SENGE	TITULAR
FERNANDO HRASKO	ENG. CIVIL	01/01/2014 – 31/12/2016		SUPLENTE
ÁUREO BUZATTO	ENG. ELETRICISTA	01/01/2012 – 31/12/ 2014	SEE	TITULAR
AFONSO CELSO DE SOUZA OLIVEIRA	ENG. ELETRICISTA	01/01/2012 – 31/12/ 2014	SEE	SUPLENTE
DELFIM FRANCISCO DA COSTA FILHO	ENG. CIVIL E SEGURANÇA DO TRABALHOE TÉC.MECÂNICO	01/01/2014 –31/12/2016	SENGE	TITULAR
MANOEL MENDES DA ROCHA NETO	ENG. CIVIL	01/01/2014 –31/12/2016	SENGE	SUPLENTE
DOUGLAS MUNIZ LYRA	ENG. AGRÔNOMO	01/01/2014 – 31/12/2016	SEEA	TITULAR
VALTER JOSÉ MATIELO	ENG. AGRÔNOMO	01/01/2014 – 31/12/2016	SEEA	SUPLENTE
FLÁVIO TONGO DA SILVA	ENG. ELETRICISTA	01/01/2012 – 31/12/ 2014	SENGE	TITULAR
GIZELE POLTRONIERI DO NASCIMENTO	ENG. ELETRICISTA	01/01/2012 – 31/12/ 2014	SENGE	SUPLENTE
FRED ROSALÉM HELIODORO	ENG. MECÂNICO E SEG TRABALHO	01/01/2013 – 31/12/ 2015	SENGE	TITULAR
JOSÉ CARLOS DE ASSIS	ENG. MECÂNICO	01/01/2013 – 31/12/ 2015		SUPLENTE
GERALDO ROSSONI SISQUINI	ENG. MECÂNICO	01/01/2013 – 31/12/ 2015	SENGE	TITULAR
JOÃO LUIZ MORAES SEDER	ENG. MECÂNICO	01/01/2013 – 31/12/ 2015	SENGE	SUPLENTE
HENRIQUE GERMANO ZIMMER	ENG. ELETRICISTA	01/01/2014 – 31/12/2016	SENGE	TITULAR

SÉRGIO AUGUSTO COSTA	ENG. ELETRICISTA	01/01/2014 – 31/12/2016	SENGE	SUPLENTE
IVAN PIEROZZI	ENG. ELETRICISTA	01/01/2013 – 31/12/ 2015	SENGE	TITULAR
ROBERT MOTA OLIVEIRA	ENG. ELETRICISTA	01/01/2013 – 31/12/ 2015	SENGE	SUPLENTE
JOSÉ ANTÔNIO DO AMARAL FILHO	ENG. CIVIL	01/01/2012 – 31/12/ 2014	SEE	TITULAR
HUDSON BARCELOS REGGIANI	ENG. CIVIL E SEG.DO TRABALHO	01/01/2012 – 31/12/ 2014	SEE	SUPLENTE
JOSÉ ROBERTO SILVA HERNANDES	ENG. AGRÔNOMO	01/01/2013 – 31/12/ 2015	SEEA	TITULAR
AURELIANO NOGUEIRA DA COSTA	ENG. AGRÔNOMO	01/01/2013 – 31/12/ 2015	SEEA	SUPLENTE
JULIANO CURTO DE BARROS	ENG. CIVIL	01/01/2013 – 31/12/ 2015	SENGE	TITULAR
JOÃO CARLOS MENEZES	ENG. CIVIL	01/01/2013 – 31/12/ 2015	SENGE	SUPLENTE
MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA	ENG. CIVIL E SEG.DO TRABALHO	01/01/2012 – 31/12/ 2014	SENGE	TITULAR
PAULO MAURICIO FERRARI	ENG. CIVIL E SEG.DO TRABALHO	01/01/2012 – 31/12/ 2014	SENGE	SUPLENTE
MARCO AURELIO RIBEIRO BRUNETTI	ENG. CIVIL	01/01/2012 – 31/12/ 2014	SENGE	TITULAR
JOSÉ LEMOS SOBRINHO	ENG. CIVIL	01/01/2012 – 31/12/ 2014	SENGE	SUPLENTE
MARCOS MOTTA FERREIRA	ENG. CIVIL	01/01/2012 – 31/12/ 2014	SEE	TITULAR
JAIME OLIVEIRA VEIGA	ENG. CIVIL	01/01/2012 – 31/12/ 2014	SEE	SUPLENTE
MARCOS VINICIUS WINCKLER CALDEIRA	ENG. FLORESTAL	01/01/2012 – 31/12/ 2014	UFES	TITULAR
JOSÉ FRANCISCO TEIXEIRA DO AMARAL	ENG. FLORESTAL	01/01/2012 – 31/12/ 2014	UFES	SUPLENTE
NELSON RUBENS NASCIMENTO DEL'ANTONIO	ENG.AMBIENTAL	01/01/2014 – 31/12/2016	FAESA	TITULAR
BRUNNA OLIVEIRA GUIMARAES	ENG.AMBIENTAL	01/01/2014 – 31/12/2016	FAESA	SUPLENTE
OLAVO BOTELHO ALMEIDA	ENG. ELETRICISTA	01/01/2013 – 31/12/ 2015	SENGE	TITULAR
EDUARDO LUIZ HENRIQUE	ENG. ELETRICISTA	01/01/2013 – 31/12/ 2015	SENGE	SUPLENTE
OSWALDO PAIVA ALMEIDA FILHO	ENG. MECÂNICO	01/01/2013 – 31/12/ 2015	SEE	TITULAR
IVANOR MARTINS DA SILVA	ENG. MECÂNICO	01/01/2013 – 31/12/ 2015	SEE	SUPLENTE
PAULO ROBERTO FERREIRA	ENG. MECÂNICO	01/01/2012 – 31/12/ 2014	SENGE	TITULAR
ADELAR CASTIGLIONI CAZAROTO	ENG. MECÂNICO E SEG TRABALHO	01/01/2012 – 31/12/ 2014	SENGE	SUPLENTE

RADEGAZ NASSER JUNIOR	ENG. CIVIL	01/01/2012 – 31/12/ 2014	IBAPE	TITULAR
PATRICIA BRUNOW DINIZ RIBEIRO BARBOSA	ENG. CIVIL	01/01/2012 – 31/12/ 2014	IBAPE	SUPLENTE
ROGÉRIO DO NASCIMENTO RAMOS	ENG.SEG TRABALHO	01/01/2013 – 31/12/ 2015	SENGE	TITULAR
ELIEZER CRISTINO DE OLIVEIRA	ENG. CIVIL	01/01/2013 – 31/12/ 2015	SENGE	SUPLENTE
RUBIO ANTONIO FREITAS VALE MARX	ENG. CIVIL	01/01/2013 – 31/12/ 2015	SEE	TITULAR
ROGÉRIO DIAS QUEIROZ MANGA	ENG. CIVIL	01/01/2013 – 31/12/ 2015	SEE	SUPLENTE
SEBASTIÃO DA SILVEIRA CARLOS NETO	ENG. MECÂNICO	01/01/2012 – 31/12/ 2014	SENGE	TITULAR
LUIZ ANTONIOO RADAELI	ENG. MECÂNICO	01/01/2012 – 31/12/ 2014	SENGE	SUPLENTE
SÉRGIO DA SILVA JULIO	ENG.SEG TRABALHO	01/01/2014 – 31/12/2016	UCL	TITULAR
SIMONE BAÍA PEREIRA GOMES	ENG. QUÍMICO	01/01/2014 – 31/12/2016	SENGE	TITULAR
SIMONE COUTINHO LACERDA	ENG. FLORESTAL	01/01/2014 – 31/12/2016	AEFES	TITULAR
ANDRÉ BARROSO RIBEIRO	ENG. FLORESTAL	01/01/2014 – 31/12/2016		SUPLENTE
UARA SARMENGHI	ENG. QUÍMICO	01/01/2012 – 31/12/ 2014	FAC ARACRUZ	TITULAR
WANIA NASSIF MARX	ENG. CIVIL	01/01/2013 – 31/12/ 2015	SENGE	TITULAR
JORGE LUÍZ RODRIGUES COSTA	ENG. CIVIL	01/01/2013 – 31/12/ 2015	SENGE	SUPLENTE
MARCO ANTONIO SARTORI	ENG. DE ALIMENTOS	01/01/2014 – 31/12/2016	UFES	TITULAR
IARA REBOUÇAS PINHEIRO	ENG. QUÍMICO	01/01/2014 – 31/12/2016	UFES	SUPLENTE

Fonte: Unidade Institucional e Relacionamento - Atas, 2014

O Plenário do Conselho é composto por representantes das Entidades de Classe e Instituições de Ensino registradas no Conselho.
Conforme a Resolução nº 1018/06 é garantido no mínimo 01 representante por cada Entidade de Classe registrada no Conselho, podendo ter um número maior de representantes, que será proporcional ao número de associados a esta Entidade, em relação ao total de associados de todas as Entidades. Desta forma, quanto maior o número de associados, maior o número de representantes desta Entidade no Plenário do Conselho.
Os representantes das Entidades de Classe são eleitos pelas Entidades de Classe, entre os Profissionais associados a elas.
Já em relação às Instituições de Ensino, cada Instituição de Ensino poderá ter até 02 representantes desde que ministrem no mínimo um curso do Grupo Engenharia (Civil, Elétrica, Mecânica e Metalurgia, Química, Geologia e Minas, Agrimensura) e um curso do Grupo Agronomia (Agronomia, Eng. Florestal, Eng.Pesca, Eng. Agrícola e Meteorologia).

ANEXO VI

Situação em 31/12/2014

QUADRO 15 - DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA E CONSELHEIROS EM ATIVIDADES DA ENTIDADE				
Nome do membro	**Nº de Atividades de que o Membro Participou no Exercício**		**Diária/Ajuda de Custo, Deslocamento Terrestre, Auxílio Traslado e Passagem Aérea (R$)**	
	2013	**2014**	**2013**	**2014**
Adelar Castiglioni Cazaroto			13.590,92	9.746,83
Adriana Martins di S. Rocha			0,00	17.439,79
Álvaro João Bridi			7.624,04	8.522,93
Ana Cristina Achá de E. Valle			3.990,92	1.180,00
André Barroso Ribeiro			5.781,00	4.855,08
Antônio Carlos Balbino			1.684,86	0,00
Antônio Fernando de C. Pires			0,00	1.180,00
Aureliano Nogueira da Costa			1.880,00	3.139,19
Aureo Buzatto			4.594,68	384,04
Brunna Oliveira Guimarães			0,00	1.180,00
Carlos Gênis da Silva			3.291,08	0,00
Delfim Francisco da C. Filho			0,00	5.332,32
Douglas Muniz Lyra			0,00	3.750,30
Edison Thaddeu Pacheco			2.000,00	0,00
Eduardo Luiz Henrique			0,00	1.180,00
Eliezer Cristino de Oliveira			0,00	15.629,96
Elson Teixeira Gatto Filho			0,00	2.815,12
Eugênio José Agrizzi			21.324,88	381,48
Fernando Hrasko			0,00	1.180,00
Flávio Tongo da Silva			2.400,00	1.180,00
Fred Rosalém Heliodoro			6.680,00	47.127,92
Geraldo Rossoni Sisquini			5.200,00	13.613,28
Gizele Poltronieri do Nascimento			0,00	1.180,00
Helder Paulo Carnielli			23.450,00	22.075,96
Henrique Germano Zimmer			3.190,92	12.369,19
Iara Rebouças Pinheiro			0,00	2.148,00
Ivan Pierozzi			3.325,70	0,00
Ivanor Martins da Silva			2.104,04	0,00
Jaime Oliveira Veiga			0,00	15.131,10
João Carlos Menezes			3.120,00	0,00
Jorge Luiz e Silva			0,00	12.558,52
José Antonio do Amaral Filho			8.200,00	23.020,63

José Carlos de Assis			4.000,00	5.916,54
José Lemos Sobrinho			4.400,00	5.675,51
José Roberto Silva Hernandes			3.564,04	13.204,82
Juliano Curto de Barros			0,00	5.449,32
Luiz Antônio Radaeli			0,00	1.180,00
Manoel Mendes da Rocha Neto			0,00	2.902,06
Marco Antonio de Oliveira			14.101,24	21.065,22
Marco Antonio Sartori			0,00	14.232,27
Marco Aurelio Ribeiro Brunetti			1.600,00	4.290,02
Marcos Motta Ferreira			7.600,00	0,00
Marcos Vinicius W. Caldeira			21.728,00	24.251,95
Olavo Botelho Almeida			5.795,88	30.209,69
Oswaldo Paiva Almeida Filho			3.200,00	19.635,94
Patricia Brunow Diniz Ribeiro			2.400,00	1.180,00
Paulo Roberto Ferreira			1.888,04	0,00
Radegaz Nasser Junior			12.000,00	3.136,52
Rogério Dias Queiroz Manga			0,00	2.380,00
Rogério do Nascimento Ramos			0,00	2.811,56
Rubio Antonio Freitas V. Max			6.450,00	14.616,22
Sebastião da Silveira Carlos Neto			3.200,00	4.169,52
Sérgio Augusto Costa			0,00	7.375,51
Sérgio Ferreira dos Santos			0,00	1.180,00
Simone Baia Pereira			0,00	1.180,00
Simone Coutinho Lacerda			6.344,16	30.667,16
Uara Sarmenghi Cabral			5.476,48	12.098,29
Valter José Matielo			0,00	5.756,80
Vitalino Fermo			410,56	0,00
Wania Nassif Marx			4.000,00	13.078,14

Fonte: Relatórios Contábeis - Unidade Financeira

ANEXO VII

Situação em 31/12/2014

QUADRO 16 - ORIGEM DAS RECEITAS					
Código	**Nomenclatura**	**Valor Bruto**	**Cota Parte Confea**	**Cota Parte Mútua**	**Valor Arrecadado**
6.2.1.1.1	**RECEITA CORRENTE**	**25.865.769,36**	**3.296.835,01**	**1.995.788,97**	**20.628.841,71**
6.2.1.1.1.01	**RECEITA TRIBUTÁRIA**	**9.978.944,83**	**1.197.473,38**	**1.995.788,97**	**6.785.682,48**
6.2.1.1.1.01.01	**TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA**	**9.978.944,83**	**1.197.473,38**	**1.995.788,97**	**6.785.682,48**
6.2.1.1.1.01.01.01.001	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	9.978.944,83	1.197.473,38	1.995.788,97	6.785.682,48
6.2.1.1.1.02	**RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES**	**10.876.237,94**	**1.631.435,69**	**0,00**	**9.244.802,25**
6.2.1.1.1.02.01	**ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS**	**6.841.294,46**	**1.026.194,17**	**0,00**	**5.815.100,29**
6.2.1.1.1.02.01.01	PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	6.680.789,72	1.002.118,46	0,00	5.678.671,26
6.2.1.1.1.02.01.02	PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	160.504,74	24.075,71	0,00	136.429,03
6.2.1.1.1.02.02	**ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS**	**4.034.943,48**	**605.241,52**	**0,00**	**3.429.701,96**
6.2.1.1.1.02.02.01	PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	3.906.824,88	586.023,73	0,00	3.320.801,15
6.2.1.1.1.02.02.02	PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	128.118,60	19.217,79	0,00	108.900,81
6.2.1.1.1.04	**RECEITA PATRIMONIAL**	**128.568,70**	**0,00**	**0,00**	**128.568,70**
6.2.1.1.1.04.01	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	128.568,70	0,00	0,00	128.568,70
6.2.1.1.1.05	**RECEITA DE SERVICOS**	**920.716,87**	**138.107,53**	**0,00**	**782.609,34**
6.2.1.1.1.05.01	EMOLUMENTOS COM INSCRIÇOES	564.557,31	84.683,60	0,00	479.873,71
6.2.1.1.1.05.02	EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	85.312,89	12.796,93	0,00	72.515,96
6.2.1.1.1.05.03	EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	138.456,81	20.768,52	0,00	117.688,29
6.2.1.1.1.05.04	EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	131.913,65	19.787,05	0,00	112.126,60
6.2.1.1.1.05.07	RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	476,21	71,43	0,00	404,78
6.2.1.1.1.06	**FINANCEIRAS**	**901.636,65**	**5.293,42**	**0,00**	**896.343,23**
6.2.1.1.1.06.01	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.1.06.02	JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	28.878,56	4.331,78	0,00	24.546,78
6.2.1.1.1.06.04	JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	288,82	43,32	0,00	245,50

6.2.1.1.1.06.05	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	872.469,27	918,32	0,00	871.550,95
6.2.1.1.1.06.05.01	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	1.060,46	159,07	0,00	901,39
6.2.1.1.1.06.05.03	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.1.06.05.04	MULTAS SOBRE ANUIDADES	5.061,69	759,25	0,00	4.302,44
6.2.1.1.1.06.05.07	REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	866.347,12	0,00	0,00	866.347,12
6.2.1.1.1.07	**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**	**688.854,14**	**0,00**	**0,00**	**688.854,14**
6.2.1.1.1.07.01	Transferências Intragovernamentais	673.854,14	0,00	0,00	673.854,14
6.2.1.1.1.07.02	Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.1.07.03	Transferências de Inst. Privadas	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
6.2.1.1.1.07.04	Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.1.08	**OUTRAS RECEITAS CORRENTES**	**2.370.810,23**	**268.828,66**	**0,00**	**2.101.981,57**
6.2.1.1.1.08.01	DÍVIDA ATIVA	1.192.137,31	178.820,60	0,00	1.013.316,71
6.2.1.1.1.08.02	MULTAS DE INFRAÇÕES	600.053,76	90.008,06	0,00	510.045,70
6.2.1.1.1.08.03	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	263.006,62	0,00	0,00	263.006,62
6.2.1.1.1.08.04	RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	371.308,87	55.696,33	0,00	315.612,54
6.2.1.1.1.08.05	PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.1.09	RECEITA DE DEVOLUÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.2	**RECEITA DE CAPITAL**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6.2.1.1.2.01	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.2.01.01	EMPRÉSTIMOS TOMADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.2.02	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.2.02.01	ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.2.02.02	ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.2.02.03	ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.2.03	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.2.03.01	Amortização de Empréstimo a Órgãos de Fisc. de exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.2.03.02	OUTRAS AMORTIZAÇÕES EMPREST. A ENTIDADES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.2.04	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.2.04.01	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.2.05	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.2.06	SALDO DE EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total	**25.865.769,36**	**3.296.835,01**	**1.995.788.97**	**20.628.841,71**

Fonte: Unidade Financeira – Relatórios Contábeis

ANEXO VIII

Situação em 31/12/2014

QUADRO 20 - DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR NATUREZA E ELEMENTO DE DESPESA				
Código	**Nomenclatura**	**Fixada**	**Executada**	%
6.2.2.1.1.01	**DESPESA CORRENTE**	**30.341.960,92**	**19.661.491,98**	**64,80**
6.2.2.1.1.01.01	**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**	**8.476.387,64**	**8.459.788,05**	**99,80**
6.2.2.1.1.01.01.01	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	6.500.762,09	6.484.278,86	99,74
6.2.2.1.1.01.01.02	ENCARGOS PATRONAIS	1.975.625,55	1.975.509,19	99,99
6.2.2.1.1.01.03	**JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6.2.2.1.1.01.03.01	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.02	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA MOBILIARIA	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.03	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS POR ANTECIPACAO DE RECEITA ORCAMENTARIA	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.05	FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.07	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISICAO DE BENS E SERVICOS	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.08	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGACOES TRIBUTARIAS	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.09	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.10	VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS DE DIVIDA CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.11	VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS DE DIVIDA MOBILIARIA	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.12	OUTRAS VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.13	DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.14	JUROS E ENCARGOS EM SENTENCAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.15	JUROS E ENCARGOS EM INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.16	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**12.097.858,10**	**9.723.062,84**	**80,37**
6.2.2.1.1.01.04.01	BENEFÍCIOS A PESSOAL	2.009.145,04	1.997.529,99	99,42
6.2.2.1.1.01.04.02	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	49.891,05	14.059,52	28,18
6.2.2.1.1.01.04.03	USO DE BENS E SERVIÇOS	953.450,00	611.426,44	64,13
6.2.2.1.1.01.04.03.001	MATERIAL DE CONSUMO	318.800,00	129.394,03	40,59
6.2.2.1.1.01.04.03.002	DESPESAS COM VEÍCULOS	250.000,00	119.784,84	47,91

6.2.2.1.1.01.04.03.003	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	10.000,00	280,00	2,80
6.2.2.1.1.01.04.03.004	SERVICOS TERCEIROS – PESSOAS FÍSICAS	374.650,00	361.967,57	96,61
6.2.2.1.1.01.04.05	DIÁRIAS	1.091.634,00	925.243,12	84,76
6.2.2.1.1.01.04.06	PASSAGENS	397.096,53	343.335,45	86,46
6.2.2.1.1.01.04.07	HOSPEDAGENS E ALIMENTAÇÃO	28.014,34	2.041,00	7,28
6.2.2.1.1.01.04.08	DESPESA COM LOCOMOÇÃO	165.609,36	58.824,14	35,52
6.2.2.1.1.01.04.09	SERVICOS TERCEIROS – PESSOAS JURÍDICAS	7.403.017,78	5.770.603,18	77,95
6.2.2.1.1.01.05	**TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS**	**652.000,00**	**606.806,27**	**93,06**
6.2.2.1.1.01.05.01	TRIBUTOS	90.000,00	53.497,19	59,44
6.2.2.1.1.01.05.02	CONTRIBUIÇÕES	562.000,00	553.309,08	98,45
6.2.2.1.1.01.06	**DEMAIS DESPESAS CORRENTES**	**380.000,00**	**61.120,20**	**16,08**
6.2.2.1.1.01.07	**SERVIÇOS BANCÁRIOS**	**220.000,00**	**184.967,51**	**84,08**
6.2.2.1.1.01.08	**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**	**1.118.000,00**	**624.747,11**	**55,88**
6.2.2.1.1.01.08.01	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1.118.000,00	624.747,11	55,88
6.2.2.1.1.01.09	**RESERVAS**	**7.397.715,18**	**0,00**	**0,00**
6.2.2.1.1.02	**DESPESA DE CAPITAL**	**1.108.000,00**	**396.564,44**	**35,79**
6.2.2.1.1.02.01	**INVESTIMENTOS**	**1.108.000,00**	**396.564,44**	**35,79**
6.2.2.1.1.02.01.01	OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	150.000,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.01.02	TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.01.03	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	958.000,00	396.564,44	41,39
6.2.2.1.1.02.01.04	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.01.05	INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.02	**INVERSÕES FINANCEIRAS**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6.2.2.1.1.02.02.01	TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.02.02	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.02.03	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.02.04	INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.03	**AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6.2.2.1.1.02.03.01	AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.03.02	OUTRAS AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.04	**OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6.2.2.1.1.02.04.01	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Total		**31.449.960,92**	**20.058.056,42**	**63,77**

Fonte: Unidade Financeira – Relatórios Contábeis

ANEXO IX

Situação em 31/12/2014

QUADRO 28 - FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE JURISDICIONADA										
Natureza do vínculo do empregado	**Em Exercício**							**Cedidos**	**Quadro de Pessoal Real**	**Quadro de Pessoal Autorizado**
	Cargos sem Função ou Comissão	**Cargos de Livre Provimento**								
		Superintendente	**Gerente**	**Procurador**	**Supervisor**	**Assessor**	**Secretária**			
1. Empregados ocupantes de cargos de carreira										
1.1. Administrador	**01**								**01**	**01**
1.2. Analista de Sistemas	**02**								**02**	**02**
1.3. Contador	**01**								**01**	**01**
1.4. Consultor Técnico	**04**		**02**						**06**	**06**
1.5. Fiscal	**16**								**16**	**16**
1.6.Jornalista	**01**								**01**	**01**
1.7.Procurador	**01**								**01**	**01**
1.8.Téc.Serv.Operacionais	**40**								**40**	**40**
1.9. Não regidos pelo PCCS vigente	**06**								**06**	**06**
2. Empregados ocupantes de cargos em comissão		**01**	**04**	**01**	**01**	**06**	**01**		**14**	**14**
3. Empregados com contrato temporário	**-**									
4.Empregados requisitados de outros órgãos	**-**									
Total	**72**	**01**	**06**	**01**	**01**	**06**	**01**		**88**	**88**

Fonte: Unidade Administrativa – Relatórios do Setor de Pessoal

ANEXO X

Situação em 31/12/2014

QUADRO 30 – CUSTOS DE PESSOAL NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS									
Tipo de Vínculo	**Remuneração Básica e Fixa**	**Grat. de Função Confiança e Cargos Comissionados**	**Despesas Variáveis**				**Encargos e Impostos**	**Decisões Judiciais**	**Total por Tipo de Vínculo do Empregado**
			Verbas Indenizatórias	**Benefícios Assist. e Previdenciários**	**Diárias, Ajuda de Custo e Aux. Desloc.**	**Demais Despesas Variáveis**			
Empregados de Carreira									
2014	R$5.256.790,25	R$240.662,50	R$1.248.675,46	R$754.895,53	R$357.790,19		R$1.975.506,20		R$9.834.320,13
2013	R$4.341.510,51	R$262.240,22	R$1.040.575,75	R$593.021,22	R$204.015,66		R$1.647.352,97		R$8.088.716,33
2012	R$3.746.252,17	R$258.899,74	R$1.044.920,15	R$412.081,21	R$199.686,25		R$1.482.798,33	R$67.068,81	R$7.211.706,66
Empregados Ocupantes de Cargos em Comissão									
2014		R$986.826,11			R$105.156,53				R$1.091.982,64
2013		R$842.287,72			R$68.313,51				R$910.601,23
2012		R$786.753,08			R$61.774,18				R$848.527,26
Empregados com contratos temporários									
2014									
2013									
2012									
Empregados em gozo de Licença									
2014									
2013									
2012									
Empregados Cedidos com Ônus									
2014									
2013									
2012									
Empregados que aderiram ao PDV/PDI									
2014									
2013									
2012									
Aposentados ou Pensionistas pelo Regime Jurídico Único (RJU)									
Total por Tipo de Despesa									
2014	R$5.256.790,25	R$1.227.488,61	R$1.248.675,46	R$754.895,53	R$462.946,72		R$1.975.506,20		
2013	R$4.341.510,51	R$1.104.527,94	R$1.040.575,75	R$593.021,22	R$272.329,17		R$1.647.352,97		
2012	R$3.746.252,17	R$1.045.652,48	R$1.044.920,15	R$412.081,21	R$261.460,43		R$1.482.798,33	R$67.068,81	

Fonte: Unidade Administrativa – Relatórios do Setor de Pessoal

ANEXO XI

Balanço Financeiro

Balanço Orçamentário

Balanço Patrimonial

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES
CNPJ: 27.055.235/0001-37

Período: 01/01/2014 a 31/12/2014

Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Receita Orçamentária	20.628.841,71	19.325.722,29	Despesa Orçamentária	20.102.364,78	17.812.010,52
RECEITA REALIZADA	20.628.841,71	19.325.722,29	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	20.058.056,42	17.812.010,52
RECEITA CORRENTE	20.628.841,71	19.325.722,29	DESPESA CORRENTE	19.661.491,98	17.223.207,52
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.785.682,48	6.294.537,33	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.459.788,05	7.096.160,02
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	6.785.682,48	6.294.537,33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.201.703,93	10.127.047,50
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	6.785.682,48	6.294.537,33	DESPESA DE CAPITAL	396.564,44	588.803,00
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	9.244.802,25	8.566.187,45	INVESTIMENTOS	396.564,44	588.803,00
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	5.815.100,29	5.333.021,01	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	44.308,36	
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	5.678.671,26	5.073.655,37			
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	136.429,03	259.365,64			
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	3.429.701,96	3.233.166,44			
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	3.320.801,15	3.168.728,40			
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	108.900,81	64.438,04			
RECEITA PATRIMONIAL	128.568,70	121.632,80			
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	128.568,70	121.632,80			
RECEITA DE SERVICOS	782.609,34	773.645,13			
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇOES	479.873,71	502.440,86			
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	72.515,96	61.308,34			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	117.688,29	140.686,14			
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	112.126,60	68.828,17			
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	404,78	381,62			
FINANCEIRAS	896.343,23	669.136,55			
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	24.546,78				
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	245,50				
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	871.550,95	669.136,55			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	901,39				
MULTAS SOBRE ANUIDADES	4.302,44				
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	866.347,12	669.136,55			
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	12.656,90	331,16			
TRANSFERENCIAS CORRENTES	688.854,14	600.954,97			
Transferencias Intragovernamentais	673.854,14	600.954,97			
Transferencias de Inst. Privadas	15.000,00				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.101.981,57	2.299.628,06			
DÍVIDA ATIVA	1.013.316,71	957.952,27			
MULTAS DE INFRAÇÕES	510.045,70	422.243,02			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	263.006,62	381.705,79			
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	315.612,54	537.726,98			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	34.914.511,55	29.772.774,16	Pagamentos Extraorçamentários	34.914.730,32	29.875.578,82
Saldo em espécie do Exercício Anterior	10.602.202,30	9.191.295,19	Saldo em espécie do Exercício Seguinte	11.128.460,46	10.602.202,30

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Total:	**66.145.555,56**	**58.289.791,64**		**66.145.555,56**	**58.289.791,64**

Vitória-ES, 31 de dezembro de 2014

Helder Paulo Carnielli
Presidente
ES-0025526/D
380.008.147-49

Simone Coutinho Lacerda
Diretor Financeiro
ES-008616/D
009.919.327-22

Rita de Cássia Sthel Caiado
Contador Cunsultor
CRC-ES-6378
027.790.627-03

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES
CNPJ: 27.055.235/0001-37

Período: 01/01/2014 a 31/12/2014

Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	19.747.783,75	21.557.783,75	20.628.841,71	928.942,04
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.034.121,49	7.034.121,49	6.785.682,48	248.439,01
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	7.034.121,49	7.034.121,49	6.785.682,48	248.439,01
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	7.034.121,49	7.034.121,49	6.785.682,48	248.439,01
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	8.745.591,34	9.208.591,34	9.244.802,25	-36.210,91
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	5.607.954,87	5.637.954,87	5.815.100,29	-177.145,42
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	5.354.559,53	5.354.559,53	5.678.671,26	-324.111,73
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	253.395,34	283.395,34	136.429,03	146.966,31
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	3.137.636,47	3.570.636,47	3.429.701,96	140.934,51
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	3.087.649,70	3.493.649,70	3.320.801,15	172.848,55
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	49.986,77	76.986,77	108.900,81	-31.914,04
RECEITA PATRIMONIAL	125.482,50	125.482,50	128.568,70	-3.086,20
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	125.482,50	125.482,50	128.568,70	-3.086,20
RECEITA DE SERVICOS	538.498,05	850.498,05	782.609,34	67.888,71
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇOES	372.830,89	522.830,89	479.873,71	42.957,18
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	40.491,11	70.491,11	72.515,96	-2.024,85
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	86.708,10	178.708,10	117.688,29	61.019,81
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	38.467,95	78.467,95	112.126,60	-33.658,65
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	404,78	-404,78
FINANCEIRAS	654.351,07	774.351,07	896.343,23	-121.992,16

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	17.279,99	17.279,99	24.546,78	-7.266,79
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	245,50	-245,50
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	637.071,08	757.071,08	858.894,05	-101.822,97
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	0,00	0,00	901,39	-901,39
MULTAS SOBRE ANUIDADES	14.475,43	14.475,43	4.302,44	10.172,99
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	622.595,65	742.595,65	853.690,22	-111.094,57
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00	0,00	12.656,90	-12.656,90
TRANSFERENCIAS CORRENTES	952.196,76	1.002.196,76	688.854,14	313.342,62
Transferencias Intragovernamentais	952.196,76	952.196,76	673.854,14	278.342,62
Transferencias de Inst. Privadas	0,00	50.000,00	15.000,00	35.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.697.542,54	2.562.542,54	2.101.981,57	460.560,97
DÍVIDA ATIVA	973.858,18	1.063.858,18	1.013.316,71	50.541,47
MULTAS DE INFRAÇÕES	333.333,00	473.333,00	510.045,70	-36.712,70
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	235.602,70	420.602,70	263.006,62	157.596,08
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	154.748,66	604.748,66	315.612,54	289.136,12
RECEITA DE CAPITAL	0,00	9.892.177,17	0,00	9.892.177,17
SALDO DE EXERCÍCIOS	0,00	9.892.177,17	0,00	9.892.177,17
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	**19.747.783,75**	**31.449.960,92**	**20.628.841,71**	**10.821.119,21**
DÉFICIT	**0,00**	**0,00**	**1.027.027,30**	**0,00**
TOTAL	**19.747.783,75**	**31.449.960,92**	**21.655.869,01**	**9.794.091,91**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	17.739.783,75	30.341.960,92	21.088.058,57	19.661.491,98	18.935.220,98	9.253.902,35
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.927.328,91	8.476.387,64	8.459.788,05	8.459.788,05	8.459.788,05	16.599,59
REMUNERAÇÃO PESSOAL	6.036.090,47	6.500.762,09	6.484.278,86	6.484.278,86	6.484.278,86	16.483,23
ENCARGOS PATRONAIS	1.891.238,44	1.975.625,55	1.975.509,19	1.975.509,19	1.975.509,19	116,36

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.592.454,84	12.097.858,10	11.138.685,29	9.723.062,84	9.011.889,10	959.172,81
BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.919.036,09	2.009.145,04	1.997.529,99	1.997.529,99	1.997.529,99	11.615,05
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	50.000,00	49.891,05	14.059,52	14.059,52	11.809,52	35.831,53
USO DE BENS E SERVIÇOS	831.000,00	953.450,00	695.047,88	611.426,44	526.266,17	258.402,12
DIÁRIAS	360.000,00	1.091.634,00	925.243,12	925.243,12	924.963,12	166.390,88
PASSAGENS	207.962,40	397.096,53	343.335,45	343.335,45	343.335,45	53.761,08
HOSPEDAGENS E ALIMENTAÇÃO	24.233,34	28.014,34	2.041,00	2.041,00	2.041,00	25.973,34
DESPESA COM LOCOMOÇÃO	101.158,49	165.609,36	58.824,14	58.824,14	58.416,14	106.785,22
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	5.099.064,52	7.403.017,78	7.102.604,19	5.770.603,18	5.147.527,71	300.413,59
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	290.000,00	652.000,00	606.806,27	606.806,27	606.806,27	45.193,73
TRIBUTOS	90.000,00	90.000,00	53.497,19	53.497,19	53.497,19	36.502,81
CONTRIBUIÇÕES	200.000,00	562.000,00	553.309,08	553.309,08	553.309,08	8.690,92
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	180.000,00	380.000,00	62.120,20	62.120,20	62.120,20	317.879,80
SERVIÇOS BANCÁRIOS	220.000,00	220.000,00	184.967,51	184.967,51	184.967,51	35.032,49
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	530.000,00	1.118.000,00	635.691,25	624.747,11	609.649,85	482.308,75
SUBVENÇÕES SOCIAIS	530.000,00	1.118.000,00	635.691,25	624.747,11	609.649,85	482.308,75
RESERVAS	0,00	7.397.715,18	0,00	0,00	0,00	7.397.715,18
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	2.008.000,00	1.108.000,00	567.810,44	396.564,44	396.564,44	540.189,56
INVESTIMENTOS	2.008.000,00	1.108.000,00	567.810,44	396.564,44	396.564,44	540.189,56
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	1.200.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	808.000,00	958.000,00	567.810,44	396.564,44	396.564,44	390.189,56
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	**19.747.783,75**	**31.449.960,92**	**21.655.869,01**	**20.058.056,42**	**19.331.785,42**	**9.794.091,91**
SUPERÁVIT	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**19.747.783,75**	**31.449.960,92**	**21.655.869,01**	**20.058.056,42**	**19.331.785,42**	**9.794.091,91**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
TOTAL	**19.747.783,75**	**31.449.960,92**	**21.655.869,01**	**20.058.056,42**	**19.331.785,42**	**9.794.091,91**

Vitória-ES, 31 de dezembro de 2014

Helder Paulo Carnielli
Presidente
ES-0025526/D
380.008.147-49

Simone Coutinho Lacerda
Diretor Financeiro
ES-008616/D
009.919.327-22

Rita de Cássia Sthel Caiado
Contador Cunsultor
CRC-ES-6378
027.790.627-03

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	0,00	46.237,46	44.308,36	44.308,36	872,00	1.057,10
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	46.237,46	44.308,36	44.308,36	872,00	1.057,10
TOTAL:	**0,00**	**46.237,46**	**44.308,36**	**44.308,36**	**872,00**	**1.057,10**

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	0,00	579.731,37	579.423,52	307,85	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	28.825,26	28.825,26	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	521.245,60	520.937,75	307,85	0,00
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	248,11	248,11	0,00	0,00
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	0,00	2.199,68	2.199,68	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	27.212,72	27.212,72	0,00	0,00
TOTAL:	**0,00**	**579.731,37**	**579.423,52**	**307,85**	**0,00**

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES
CNPJ: 27.055.235/0001-37

Período: 01/01/2014 a 31/12/2014

Balanço Patrimonial

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	**Exercício Atual**	**Especificação**	**Exercício Atual**
ATIVO CIRCULANTE	**21.089.121,28**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**1.034.276,85**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11.128.460,46	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	146.395,33
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	9.534.107,45	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.916,75	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	726.271,61
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	102.155,54	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	322.481,08	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**13.093.581,67**	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	161.609,91
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	12.000,00	**PASSIVO NÃO-CIRCULANTE**	**0,00**
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	12.000,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
IMOBILIZADO	13.081.581,67	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00
BENS MÓVEIS	1.749.292,70	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
BENS IMÓVEIS	11.341.841,98	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO	9.553,01C	RESULTADO DIFERIDO	0,00
INTANGÍVEL	0,00		0,00
		TOTAL DO PASSIVO	1.034.276,85

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Especificação	Exercício Atual
		Patrimônio Social e Capital Social	0,00
		Resultados Acumulados	33.148.426,10
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	33.148.426,10
TOTAL	**34.182.702,95**	**TOTAL**	**34.182.702,95**

ATIVO FINANCEIRO	11.452.858,29	PASSIVO FINANCEIRO	2.633.146,54
ATIVO PERMANENTE	22.729.844,66	PASSIVO PERMANENTE	0,00
SALDO PATRIMONIAL			**31.549.556,41**

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Saldo do Atos Potenciais Ativos		**Saldo do Atos Potenciais Passivos**	
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00
TOTAL	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**

Vitória-ES, 31 de dezembro de 2014

Helder Paulo Carnielli
Presidente
ES-0025526/D
380.008.147-49

Simone Coutinho Lacerda
Diretor Financeiro
ES-008616/D
009.919.327-22

Rita de Cássia Sthel Caiado
Contador Cunsultor
CRC-ES-6378
027.790.627-03